



ANALTINA DOS
PRAZERES
QUINTAS
MARTINHO

**O PAPEL DO SETOR BANCÁRIO
NO CRESCIMENTO ECONÓMICO
DE ANGOLA**

Relatório de Dissertação de investigação do
Mestrado em Contabilidade e Finanças

ORIENTADOR

Professor Doutor, Nuno Miguel Delicado Teixeira

Fevereiro, 2021

ANALTINA DOS
PRAZERES
QUINTAS
MARTINHO

**O PAPEL DO SETOR BANCÁRIO
NO CRESCIMENTO ECONÓMICO
DE ANGOLA**

JÚRI

Presidente: Doutora Ana Bela Delicado Teixeira,
Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de
Ciências Empresariais.

Orientador: Doutor Nuno Miguel Delicado Teixeira,
Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de
Ciências Empresariais.

Vogal: Doutor Francisco José Mendes Leote,
Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de
Ciências Empresariais.

Fevereiro, 2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho,
meu marido e a minha mãe, por
serem o meu suporte em
momentos que continuar parecia
não fazer sentido.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus meu guia e protetor, por me proporcionar o dom da vida e me conceder a oportunidade de realização do mestrado. Ao meu orientador Professor Nuno Miguel Delicado Teixeira, pela incansável dedicação, disponibilidade, motivação e confiança apesar do ano tão atípico que temos vivido.

Aos meus colegas do curso, que me deram suporte em cada dificuldade com que nos deparávamos, o que nos permitiu estreitar laços que os levarei para vida.

À minha família concretamente ao meu marido, ao meu filho, e aos meus irmãos pela cumplicidade e motivação durante o período de realização da dissertação.

Aos meus pais, por todo apoio e carinho ao longo destes anos. Obrigado por tudo.

RESUMO

O presente trabalho de investigação tem como objetivo principal analisar o papel do setor bancário no crescimento económico de Angola num período de 25 anos, ou seja, de 1995 a 2019. Nesse sentido, pretendeu-se verificar se o setor bancário, no período de 1995-2019, contribuiu significativamente para o crescimento da economia do país e se, o desenvolvimento do setor bancário é condicionado pela evolução do setor petrolífero.

O trabalho desenvolvido, englobou um enquadramento teórico sobre o setor financeiro e uma caracterização do setor financeiro angolano. Relativamente ao estudo empírico, de modo a estudar as principais questões de investigação, consideraram-se as seguintes variáveis: o peso do setor petrolífero no PIB angolano, o peso do setor petrolífero no PIB mundial, o peso do setor bancário (M2) no PIB angolano, o PIB *per capita* angolano (em dólares EUA) e o PIB *per capita* do setor não petrolífero angolano. Para além disso, foram utilizadas várias técnicas estatísticas, nomeadamente, a determinação das medidas de assimetria e de kurtose, bem como, o teste de aderência de Jarque e Bera, de forma a verificar a normalidade das distribuições das variáveis utilizadas, a elaboração do modelo VAR, identificando o número de períodos (LACs) a analisar no teste de Granger e a tornar a identificação das causalidades mais robusta, e a realização do próprio teste de Granger, a fim de identificar relações de causalidade entre as variáveis estudadas. Deste modo, verificou-se a existência de uma correlação muito forte, porém negativa, entre o PIB e o setor bancário, bem como, entre o setor petrolífero e o setor Bancário. Tais resultados, evidenciam que nos períodos de maior crescimento económico (muito associado aos períodos de maior crescimento do setor petrolífero) incrementam a saída de moeda do sistema financeiro, nomeadamente através de importações, descapitalizando o setor bancário. Assim, a diversificação da economia para outros setores de atividade é uma prioridade para o crescimento económico e para a sustentabilidade do setor financeiro angolano.

Palavras chaves: Angola; setor bancário; crescimento económico; desenvolvimento financeiro; setor petrolífero.

ABSTRAT

The present research work has as main objective to analyze the role of the banking sector in the economic growth of Angola in a period of 25 years, that is, from 1995 to 2019. In this sense, it was intended to verify whether the banking sector, in the period of 1995 -2019, contributed significantly to the growth of the country's economy and if, the development of the banking sector is conditioned by the evolution of the oil sector.

The work developed, included a theoretical framework on the financial sector and a characterization of the Angolan financial sector. Regarding the empirical study, in order to study the main research questions, the following variables were considered: the weight of the oil sector in the Angolan GDP, the weight of the oil sector in the world GDP, the weight of the banking sector (M2) in GDP Angolan GDP, Angolan GDP per capita (in US dollars) and Angolan non-oil sector GDP per capita. In addition, several statistical techniques were used, namely, the determination of asymmetry and kurtosis measures, as well as the Jarque and Bera adherence test, in order to verify the normality of the distributions of the variables used, the elaboration of the model VAR, identifying the number of periods (LACs) to be analyzed in the Granger test and making the identification of causalities more robust, and the realization of the Granger test itself, in order to identify causal relationships between the variables studied. Thus, there was a very strong, but negative, correlation between GDP and the banking sector, as well as between the oil sector and the Banking sector. These results show that in periods of greater economic growth (closely associated with periods of greater growth in the oil sector), the outflow of money from the financial system increases, namely through imports, decapitalizing the banking sector. Thus, diversifying the economy to other sectors of activity is a priority for economic growth and for the sustainability of the Angolan financial sector.

Keywords: Angola; banking industry; economic growth; financial development; oil industry.

ÍNDICE

1. Introdução.....	1
2. Revisão da Literatura	3
2.1 Conceitos fundamentais	3
2.1.1 Sistema financeiro	3
2.1.2 Crescimento económico.....	12
2.3 Desenvolvimento do setor financeiro e o crescimento económico	22
2.3.1 Abordagem favorável à relação positiva entre o desenvolvimento financeiro e crescimento económico	24
2.3.2 Abordagem desfavorável à relação positiva entre o desenvolvimento financeiro e crescimento económico	26
2.4 A Influência dos recursos naturais no crescimento económico.....	28
3. Contexto Económico e Financeiro Angolano	29
3.1 Enquadramento geográfico, económico financeiro.....	29
3.1.1 Situação geográfica de Angola	29
3.1.2 Enquadramento macroeconómico.....	29
3.2 Caracterização do sistema bancário angolano	32
3.2.1 Breve historial	32
3.2.2 O sistema bancário angolano e o risco financeiro	33
3.2.3 Principais indicadores na análise do sistema bancário	34
3.2.4 Instituições bancárias autorizadas pelo BNA a operar no mercado angolano	39
4. Metodologia	41
4.1 Hipóteses de investigação.....	41
4.2 Variáveis e fontes de dados	41
4.3 Técnicas estatísticas	43
4.3.1 Assimetria, curtose e teste de aderência de Jarque e Bera.....	43
4.3.2 Coeficientes de correlação	44
4.3.3 Modelo VAR	45
4.3.4 Teste de Granger Causality ou Block Exogenety Wald Test	46
5. Resultados e discussões	47
6. Conclusão.....	61
7. Referências Bibliográficas	63

Listas de figuras, tabelas e gráficos

Figura 1: Contributos do trabalho de investigação	2
Figura 2: Relação entre o Sistema Financeiro e os Agentes Económicos.....	4
Figura 3: Entidades Financeiras	7
Figura 4: Tipos de Instituições de Créditos	8
Figura 5: Tipos de Sociedades Financeiras	9
Figura 6: Pilares do Acordo de Basileia	10
Figura 7: Objetivos Clássicos da Regulamentação do Sistema Financeiro.....	12
Figura 8: Dois Principais Elementos do Desempenho da Macroeconomia	14
Figura 9: Distintas Formas de Medir o PIB.....	16
Figura 10: Canais de Transmissão do Sistema Financeiro para a Economia	22
Figura 11: Demonstração Básica do Funcionamento do Setor Financeiro	23
Tabela 1: Diferentes Tipos de Desempregos	17
Tabela 2: Objetivos e Instrumentos da Política Macroeconómica	21
Tabela 3: Bancos com Atividade Iniciada em Angola até o ano de 2018	40
Tabela 4: Variáveis Analisadas, no Período de 1995 a 2019	47
Tabela 5: Estatísticas descritivas, em diferenças de valores, dos logaritmos respeitantes aos 5 indicadores em análise, no período de 1996 a 2019.....	52
Tabela 6: Coeficientes de correlação não condicional, das diferenças de valores, dos logaritmos das 5 variáveis em análise, no período de 1996 a 2019	57
Tabela 7: VAR Lag order Selection Criteria	58
Tabela 8: Testes de Causalidade de Granger/Block Exogeneity Wald Tests, em rendibilidades, dos 5 rácios económicos em análise, no período de 1996 a 2019	59
Gráfico 1: Evolução do PIB real petrolífero e não petrolífero (2012-2019).....	30
Gráfico 2: Evolução do PIB real por setores de atividade (2012-2015).....	31
Gráfico 3: Evolução do PIB real por setores de atividade (2016-2019).....	31
Gráfico 4: Evolução Estrutura do Ativo Total (em milhões de Kwanzas)	35
Gráfico 5: Evolução dos Depósitos Bancários (em mil milhões de Kwanzas)	35
Gráfico 6: Evolução dos Produtos Bancários (em milhões de Kwanzas)	36
Gráfico 7: Evolução dos Resultados Líquidos (em milhões de Kwanzas).....	37
Gráfico 8: Evolução dos Capitais Próprios (em mil milhões de kwanza)	37
Gráfico 9: Rácio de Solvabilidade regulamentar (%)	38
Gráfico 10: Rácio de Transformação.....	39
Gráfico 11: Evolução, em diferenças de valores, dos logaritmos do indicadores em análise, no Período de 1996 a 2019	48
Gráfico 12: Evolução, em diferenças de valores, dos logaritmos dos indicadores em análise, no Período de 1996 a 2019	49
Gráfico 13: Evolução, em diferenças de valores, dos logaritmos dos indicadores em análise, no Período de 1996 a 2019.....	50

Gráfico 14: Evolução, em diferenças de valores, dos logaritmos do Peso do Setor petrolífero e do Peso do Setor petrolífero no PIB Mundial, no período de 1996 a 2019.....	51
Gráfico 15: Evolução, em diferenças de valores, dos logaritmos do PIB per capita (USD) e do PIB per capita sem o setor petrolífero (USD), no período de 1996 a 2019.	52
Gráfico 16: Evolução das diferenças de valores, dos logaritmos das 5 variáveis em análise, no Período de 1996 a 2019	54
Gráfico 17: Evolução das diferenças de valores, dos logaritmos das 5 variáveis em análise, no Período de 1996 a 2019	55
Gráfico 18: Evolução das Skewness, das diferenças de valores, dos logaritmos das 5 variáveis em análise, no Período de 1996 a 2019	56
Gráfico 19: Evolução das Kurtoses, das diferenças de valores, dos logaritmos das 5 variáveis em análise, no Período de 1996 a 2019	57

Lista de Abreviaturas e Siglas

APB: Associação Portuguesa dos Bancos

AQA: Avaliação da Qualidade dos Ativos

BA: Banco de Angola

BC: Branqueamento de Capitais

BCA: Banco Comercial Angolano

BNA: Banco Nacional de Angola

BPC: Banco de Poupança e Crédito

BPA: Banco Popular de Angola

BCI: Banco de Comércio e Indústria

BCE: Banco Central Europeu

BE: Banco Económico

BFE: Banco de Fomento Exterior

BPA: Banco Português do Atlântico

BTA: Banco Totta e Açores

CAP: Caixa Agropecuária e Pescas

CCAB: Comissão Coordenadora da Atividade Bancária,

CSBB: Comité de Supervisão Bancária de Basileia

EBA: Autoridade Bancária Europeia

EIOPA: Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma

ESMA: Autoridades Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados

ESRB: Conselho Europeu do Risco Sistémico

FGD: Fundo de Garantia de Depósitos

FT: Financiamento ao Terrorismo

GAFI: Grupo de Ação Financeira Internacional

MEP: Ministério de Economia e Planeamento

MIFIM: Ministério das Finanças

MUS: Mecanismo Único de Supervisão

OEE: Outras Entidades Equiparada

PIB: Produto Interno Bruto

PNB: Produto Nacional Bruto

RGICSF: Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

RLEE: Receita Líquida Enviada ao Exterior

1. Introdução

A associação do crescimento económico e o sector bancário tem sido investigada em diferentes estudos e trabalhos de investigação, em virtude da importância do tema não só a nível político, mas porque o sector bancário pode ser uma ferramenta relevante para a vitalidade da atividade económica e para o progresso social dos países, através da alocação de recursos financeiros que possibilitem o investimento público e privado e a criação de riqueza para os diversos agentes económicos (Afonso, 2016).

Atualmente, com a transição económica pela qual Angola esta a passar, após diversos anos de guerra civil, e com o desenvolvimento progressivo da iniciativa privada, que necessita de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos sustentáveis, o setor bancário pode ter um papel de extrema relevância para garantir o crescimento do país de forma sustentável. Nesse sentido, o atual trabalho de investigação poderá contribuir para evidenciar o nível de influência do setor bancário na economia angolana.

Por outro lado, as economias emergentes, onde Angola está incluída, apresentam normalmente uma estreita relação com a exploração de recursos naturais, tendo estas indústrias um papel fundamental na evolução económica e na quantidade de moeda disponível no setor financeiro desses países. No caso específico de Angola, o setor petrolífero tem um peso elevado no PIB.

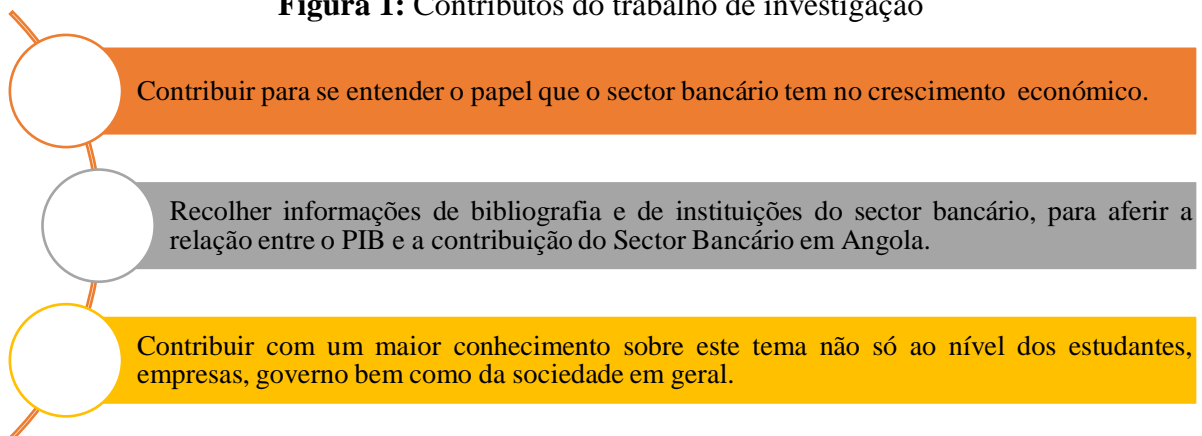
Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho de investigação é analisar o papel do setor bancário no crescimento económico de Angola, durante o período de 1995-2019 e verificar a sua relação com o setor petrolífero.

Tendo por base diversos estudos sobre o tema irão ser utilizadas variáveis de investigação relacionadas com o crescimento económico, o peso do setor bancário na economia e o peso do setor petrolífero. Para além disso, irão ser utilizadas várias técnicas estatísticas, nomeadamente: a determinação das medidas de assimetria e de kurtose, bem como, o teste de aderência de Jarque e Bera, de forma a verificar a normalidade das distribuições das variáveis utilizadas, a elaboração do modelo VAR, identificando o número de períodos (LACs) a analisar no teste de Granger e a tornar a identificação das causalidades mais robusta, e a realização do próprio teste de Granger, a fim de identificar relações de causalidade entre as variáveis estudadas.

No que diz respeito, à estrutura do trabalho, esta dissertação além da introdução e conclusão, contará com mais quatro capítulos. O segundo capítulo apresentará a Revisão da Literatura que deu suporte à pesquisa, contextualizando o setor financeiro e algumas teorias do crescimento económico. No terceiro capítulo irá ser abordado o contexto económico e financeiro de Angola e irá ser efetuada a caracterização do setor bancário do país. No quarto capítulo, é explicada com maior pormenor a metodologia de investigação. E finalmente no quinto capítulo é realizada a discussão e a apresentação dos resultados do trabalho.

Na figura seguinte, referem-se os principais contributos esperados com a realização do atual trabalho de investigação.

Figura 1: Contributos do trabalho de investigação



2. Revisão da Literatura

Neste capítulo apresentamos a Revisão da Literatura que deu suporte à pesquisa numa contextualização do setor financeiro e sobre algumas teorias do crescimento económico, onde poderemos estudar os conceitos fundamentais sobre este tema e verificar os resultados de estudos realizados que pretendem explicar o tipo de relação existente entre o desenvolvimento do setor bancário e o crescimento económico.

2.1 Conceitos fundamentais

A caracterização dos conceitos essenciais associados ao estudo que se pretende realizar, é fundamental para se definir o âmbito da investigação (Lara, 2004).

2.1.1 Sistema financeiro

Samuelson e Nordhaus, (2005), entendem que o sistema financeiro é um dos setores mais importantes e inovadores da economia, considerando-o como um sistema fundamental para a alocação de recursos de indivíduos que pretendam poupar, disponibilizando deste modo meios financeiros para quem necessita de capital para investir. Acrescentam, ainda, que o mesmo alberga um vasto sistema bancário mundial, mercados de valores mobiliários, fundos de pensões e uma variedade enorme de instrumentos financeiros.

Importa referir que essa vasta gama de instrumentos financeiros é operada nas mais distintas instituições financeiras, que têm na sua maioria finalidades semelhantes às do sistema financeiro, ou seja, destinar capitais financeiros próprios e/ou de terceiros, a entidades que pretendem efetuar investimentos criadores de valor para a economia, tendo em consideração os riscos, custos e prazos que atendam aos objetivos dos seus *stakeholders*, incluindo pessoas físicas ou jurídicas interessadas em suas operações como acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, agências reguladoras do mercado, entre outros (Passos e Nogami, 2003).

Podemos, assim, perceber que as instituições financeiras geram grandes oportunidades de negócios através da sua função de intermediação financeira, facilitando os mercados financeiros a alocar os fundos dos indivíduos que desejam poupar para indivíduos com oportunidades de investimento produtivo (Mishkin, 2000).

Esta intermediação financeira só acontece, porque quem deseja poupar recorre as instituições financeiras para o fazer, ato esse conhecido como depósito bancário, no qual a instituição financeira fica obrigada a devolver os meios financeiros depositados de acordo com

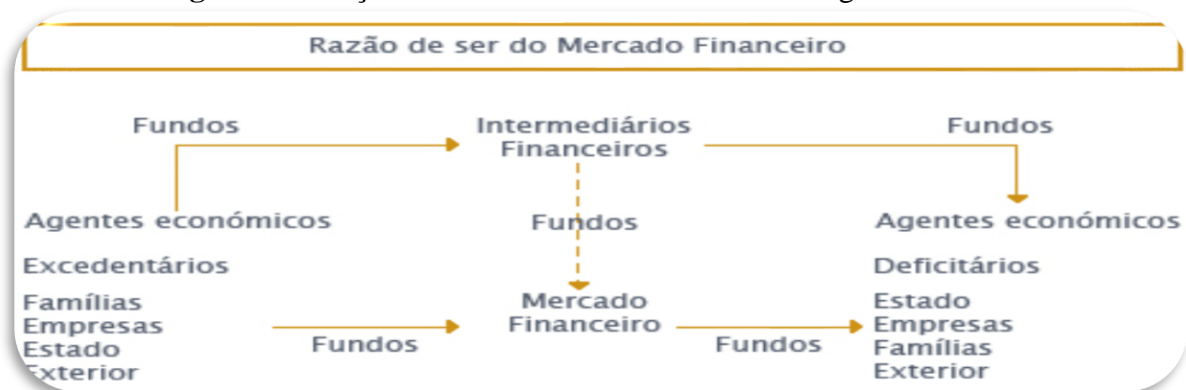
as condições que normalmente são previamente estabelecidas num contrato, que dependendo do tipo de depósito alguns implicam remunerações (Portugal, 2020)

Por outro lado, os indivíduos que pretendem investir, recebem os meios financeiros das instituições na forma de um crédito, que é entendido como um acordo através do qual uma instituição de crédito, concede meios financeiros a um cliente bancário, que por sua vez, fica obrigado a devolver esses meios ao longo de um prazo, previamente acordado, acrescido de todos encargos com juros e outros custos (Portugal, 2020). Contudo, antes de se conceder o crédito para o possível investidor, a instituição de crédito precisa de fazer o levantamento da possibilidade dessa entidade honrar o contrato. Por isso, diz-se que o crédito possui um significado muito forte, pois quem concede o crédito confia na competência do devedor para poder transformar os meios financeiros que lhe foram confiados em rendimentos superiores e suficientes para melhorar a sua qualidade de vida e cumprir com os compromissos assumidos (Prado, 2002).

2.1.1.1 Funções do sistema financeiro

Como referido, o sistema financeiro tem como função primária facilitar a afetação de recursos, ao longo do tempo e no espaço, o que torna as instituições financeiras preponderantes na avaliação da capacidade dos empresários, na análise da qualidade dos projetos de investimento e na definição de formas de diversificação do risco (Bodie, 1995; Levine, 1997). Na figura 2, podemos verificar de forma ilustrada, como é facilitada esta afetação de recursos.

Figura 2: Relação entre o Sistema Financeiro e os Agentes Económicos



Fonte: Associação Portuguesa de Bancos, (2020)

Contudo, são vários os autores que destacam que a função principal do sistema financeiro pode ser, na realidade, dividida em várias funções que permitem uma análise mais detalhada do seu funcionamento (Drummond e Guiar, 2002).

Em primeiro lugar, a *mobilização de poupanças*, que através da atração dos capitais acumulados por parte dos indivíduos com excesso de liquidez, facilita a geração de investimentos, que proporciona a possibilidade de criação, reestruturação, inovação e crescimento de muitas empresas, que de outra forma estariam comprometidos. Assim, são criadas as condições essenciais para os agentes económicos desenvolverem e expandirem a sua atividade, gerando valor para a economia e proporcionando, inclusivamente, a oportunidade aos indivíduos com poupanças, para investir em muitas empresas como acionistas, rentabilizando os seus meios financeiros e contribuindo, igualmente, para a criação de riqueza.

A segunda função, que visa facilitar a *diversificação e a partilha do risco idiossincrático*, é essencial devido à existência da possibilidade de os devedores não cumprirem as suas obrigações com as instituições financeiras, comprometendo o retorno do investimento dessas entidades e o nível da sua própria riqueza. Assim, o sistema financeiro, tendo a capacidade de fornecer meios de diversificação do risco idiossincrático, tenderá a fomentar a afetação de recursos a projetos mais rentáveis e a adoção de tecnologias mais especializadas e produtivas. Desta forma, evita-se que as pessoas avessas ao risco com meios financeiros disponíveis, não apliquem os seus capitais e contribuam para uma menor capacidade dos restantes agentes económicos para investirem nos recursos fundamentais para o funcionamento das suas atividades, perdendo competitividade no mercado e capacidade para rentabilizarem os seus negócios e para criarem valor.

A terceira função está associada ao *fornecimento de liquidez*, contribuindo para que os agentes económicos acedam ao capital que necessitam para o desenvolvimento da sua atividade, mas também para a aplicação dos capitais por parte dos aforradores em mercados financeiros que facilitem a realização das operações financeiras de compra e venda e a liquidez dos ativos financeiros. Desta forma, criam-se condições para, por exemplo, desenvolver o mercado acionista, tornando-o um mercado de capitais mais líquido, com possibilidades de investimentos mais atrativos e menos arriscados para os aforradores e contribuindo para as empresas terem a possibilidade de efetuar aumentos de capital através da emissão de títulos para financiar a sua atividade.

A quarta função está relacionada com a *adesão e disponibilização de informação*. Apesar da diversificação do risco idiossincrático, existe ainda a possibilidade de se investir em projetos não rentáveis, possibilidade essa que está inversamente correlacionada com a quantidade de informação disponível sobre a qualidade dos projetos de investimento. Assim, é crucial termos acesso a informação detalhada sobre as alternativas de investimentos, a fim de se reduzirem os custos de decisão e a probabilidade de investir em maus projetos. Por isso,

existem empresas que se especializam na recolha e tratamento de informação associada a empresas e a projetos de investimento, diminuindo os esforços para a obtenção de informação credível sobre a atratividade de eventuais oportunidades de aplicação de capitais. Assim, Demirgüç-Kunt e Levine (1996) acrescentam que a existência de mercados acionistas de maior dimensão e liquidez, pode estimular os agentes a adquirirem informação sobre as empresas, já que esta lhes permitirá otimizar a obtenção de lucros através da compra e venda de ações. Desta forma, o desenvolvimento dos mercados financeiros aumenta os incentivos à investigação e fiscalização das empresas, contribuindo para haver melhor informação e uma afetação mais eficaz dos recursos financeiros sobre investimentos mais rentáveis.

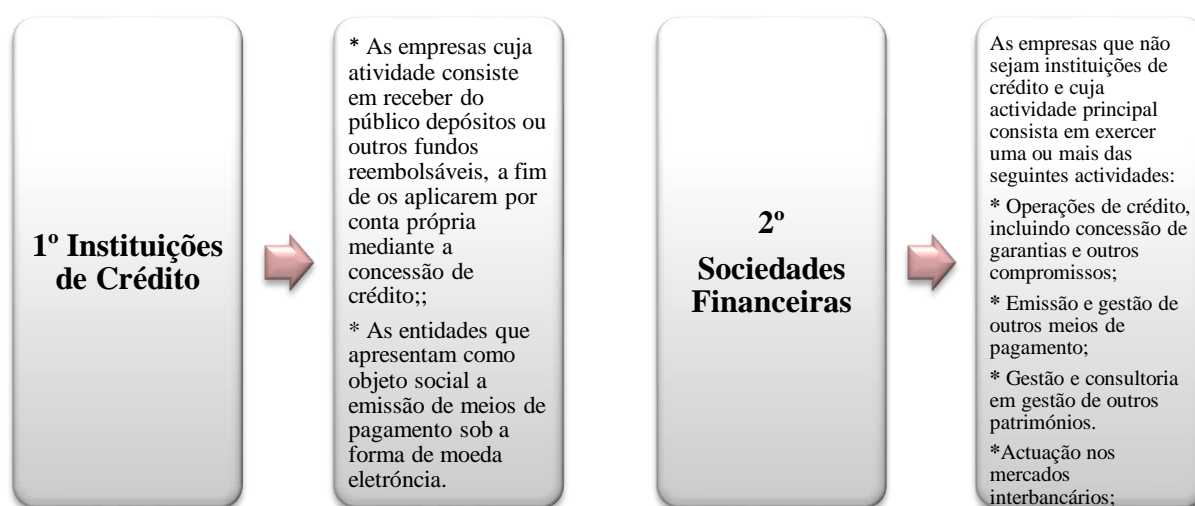
A quinta função visa *fiscalizar os empresários*. Enquanto no ponto anterior se destaca a importância da obtenção de informação sobre eventuais projetos de investimento que necessitam de financiamento, esta função diz respeito à fiscalização depois de concedido o financiamento ao projeto. Este tipo de fiscalização tem como objetivo prevenir comportamentos oportunistas por parte dos agentes financiados, ou seja, trata de analisar a moralidade. Deste modo, se considerarmos que os projetos de investimento são financiados por vários agentes, os intermediários financeiros, ao mobilizarem as suas poupanças, para além de disponibilizarem contratos que permitem reduzir os custos de fiscalização, vão fazer diminuir os custos agregados de monitorização, passando o devedor a ser fiscalizado apenas pelo intermediário financeiro.

A sexta e última função incide sobre a *facilitação da transação de bens e serviços*, estando relacionada com as assimetrias de informação e refere-se particularmente aos custos suportados na transação dos bens e serviços. Entretanto, Romer (2013) demonstra que a especialização (na produção de bens intermédios) gera crescimento económico, através de um modelo onde a presença de rendimentos crescentes à escala global é justificada por essa mesma especialização, mas, o aumento da especialização, para além de estimular a produtividade e o crescimento económico, tem associado um número crescente de transações, que, num contexto de assimetrias de informação, implicam custos. Assim sendo, o sistema financeiro, através dos bancos, no desenvolvimento de uma das suas funções, tende a assegurar a eficiência no sistema de pagamento das empresas e até mesmo dos particulares, o que permite um maior desenvolvimento das suas atividades e a atuação em diversas localizações, mitigando a importância da distância. Tal, acarretaria muitos custos, e/ou seria muito difícil se não existisse um sistema bancário bem estruturado. Deste modo, o sistema financeiro realiza um papel importante de intermediário, disponibilizando os instrumentos financeiros essenciais que contribuem para a redução dos custos de transação da economia em geral.

2.1.1.2 Instituições do sistema financeiro

Segundo a Associação Portuguesa de Bancos - APB (2020), as instituições financeiras exercem atividades específicas e distintas que, para além de as caracterizar, permitem classificá-las com base no papel que desempenham. Por exemplo, em Portugal, tem-se por referência o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), que é o regime que regula as instituições financeiras e segundo o Decreto-lei aprovado nº 298/92 de 31 de dezembro, divide as entidades financeiras em dois grupos principais:

Figura 3: Entidades Financeiras



Fonte: Adaptado da Associação Portuguesa dos Bancos, (2020)

Na figura 3 podemos perceber a distinção conceptual entre as duas, instituições de crédito e sociedades financeiras. E essa distinção é de suma importância, pelo facto de termos visto que as transformações estruturais a que se tem assistido nos mercados financeiros, mais propriamente em matéria de novas tecnologias, inovações financeiras, diversificação da atividade de instituições financeiras, formação de grupos financeiros de diferente estrutura, etc., têm tornado cada vez mais difícil a tarefa de estabelecer claras linhas divisórias entre instituições de crédito e outras sociedades financeiras. Assim, genericamente, a principal distinção entre ambas, consiste na captação de depósitos e outros fundos reembolsáveis que apenas as instituições de crédito podem realizar (APB, 2020). Deste modo, podemos ter como

referência os tipos de instituições de créditos e de sociedades financeiras representadas nas figuras 4 e 5 respetivamente:

Figura 4: Tipos de Instituições de Créditos

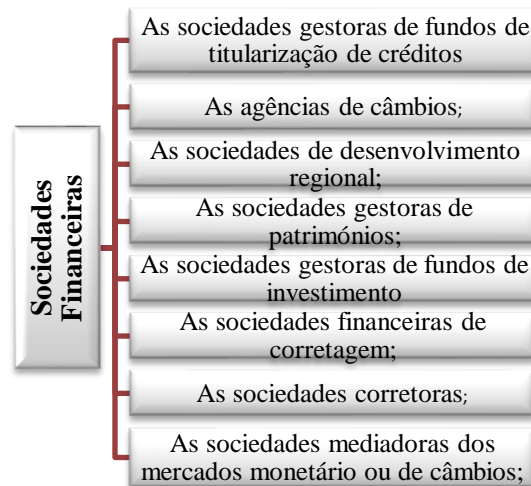
Instituições de Crédito	
Bancos	Instituições Financeiras de Crédito
Caixas de Crédito Agrícola Mútuo	Instituições de Crédito Hipotecário
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	Sociedades de Investimento
Caixas Económicas	Sociedades de Locação Financeira
Instituições monetárias (criam Moeda)	Sociedades de <i>Factoring</i>
	Sociedades Financeiras para Aquisições a Crédito
	Sociedades de Garantia Mútua
	Instituições de Moeda Eletrónica

Fonte: APB (2020)

Relativamente às instituições de créditos, verifica-se um maior volume de atividade por parte dos bancos e as caixas pela particularidade de efetuarem a receção de depósitos ou outros fundos reembolsáveis, mas no geral as instituições de crédito mencionadas na figura 4 acabam efetuando habitualmente operações como, receção de fundos do público, operações de crédito e emissão ou gestão de meios de pagamentos (APB, 2020).

Sendo assim, ao falarmos das sociedades financeiras, é importante realçar que além do disposto na figura 3, as mesmas congregam muitas outras atividades como, participação em emissões e colocações de valores mobiliários e prestações de serviços relacionadas, como também a atuação em mercados interbancários (APB, 2020). Assim, de seguida apresentam-se os diferentes tipos de sociedades financeiras.

Figura 5: Tipos de Sociedades Financeiras



Fonte: APB (2020)

Entretanto, com o passar do tempo, a sociedade tem-se transformado, obrigando estas instituições a acompanharem as novas dinâmicas dos agentes económicos da melhor maneira possível, reinventando-se e melhorando as falhas de atuação e a oferta para os diferentes segmentos de mercado. Assim, o setor tem vindo a ser fortemente regulado e supervisionado, em especial, após as consequências decorrentes da crise de 2007/2008 (Teixeira dos Santos, 2002).

2.1.1.3 Regulação do sistema financeiro

Considerado como uma das principais alavancas para o desenvolvimento da economia de alguns países, é muito relevante que o sistema financeiro apresente uma eficiente capacidade de financiamento às economias, de modo a otimizarem o retorno financeiro face aos riscos, contribuindo para garantir a segurança dos aforradores e a remuneração das respetivas poupanças. Assim, é fundamental que exista um quadro regulatório de supervisão adequado e funcional (Portugal, 2016).

Portanto, tomando como um dos principais exemplos a crise internacional que iniciou em 2007/2008 e acabou desencadeando a crise da dívida soberana da zona euro, que por sua vez teve impacto acentuado no sistema financeiro não só europeu, mas mundial, realçou a importância da existência de um quadro de regulação e supervisão eficiente, que evitasse situações semelhantes no futuro (Portugal, 2016).

Desta feita, a preocupação para salvaguardar a estabilidade financeira conduziu ao alargamento do âmbito de atuação das autoridades aos domínios macro prudencial e da resolução bancária dos tradicionais tipos de regulamentação conhecidos, nas vertentes de

supervisão prudencial (relacionada com as preocupações de solvência e solidez financeira das instituições intervenientes) e comportamental (associada à forma como era conduzido o negócio pelas instituições financeiras junto dos seus clientes) (Portugal, 2020).

Tal, conduziu à ratificação de vários países ao Acordo de Basileia, realizado pela primeira vez na Suíça mais propriamente na cidade de Basileia em 1988, e é definido como uma aliança feita por vários países, visando a regulamentação do funcionamento das instituições financeira e os bancos. O mesmo apoia-se em 3 pilares fundamentais que conforme o evoluir das necessidades e fragilidade do sistema, vai-se alterando, com o propósito de melhorar a capacidade do setor bancário em lidar com os choques decorrentes nas diversas esferas económicas e financeiras (Portugal, 2020), tal como é possível observar na figura 6.

Figura 6: Pilares do Acordo de Basileia



Fonte: Adaptado da página web do Banco de Portugal, (2020)

Desenvolvendo, o pilar I permite que as instituições com maior grau de sofisticação, utilizem sob certas condições e quando autorizadas pelas respetivas autoridades de supervisão, as suas próprias metodologias de gestão e avaliação do risco (risco de crédito, risco de mercado e risco operacional) no apuramento dos requisitos de fundos próprios. Já o pilar II procura induzir as instituições a adotarem estratégias, processos e mecanismos de controlo destinados a calcular e a manter o capital interno adequado à natureza e à magnitude dos riscos incorridos. Por outro lado, a responsabilidade de avaliar a adequação dessas estratégias e impor medidas corretivas quando se considerar que os fundos próprios detidos não são compatíveis com o perfil de risco das instituições é da responsabilidade das autoridades de supervisão. Finalmente, o pilar III introduz requisitos de divulgação de informação pelas instituições ao público relativamente à solvabilidade e outros elementos caracterizadores dos respetivos perfis de risco, tendo em vista assegurar uma efetiva disciplina de mercado (Portugal, 2020).

Importa ainda referir, que no Acordo de Basileia estiveram presentes muitas instituições multilaterais, como (Portugal, 2016):

- ✓ Comité de Supervisão Bancária de Basileia (CSBB);
- ✓ Conselho de Estabilidade Financeira em Basileia;
- ✓ Conselho Europeu do Risco Sistémico (ESRB);
- ✓ Autoridades Europeias de Supervisão para as Áreas da Banca, Seguros e mercados financeiros (EBA, EIOPA, ESMA);

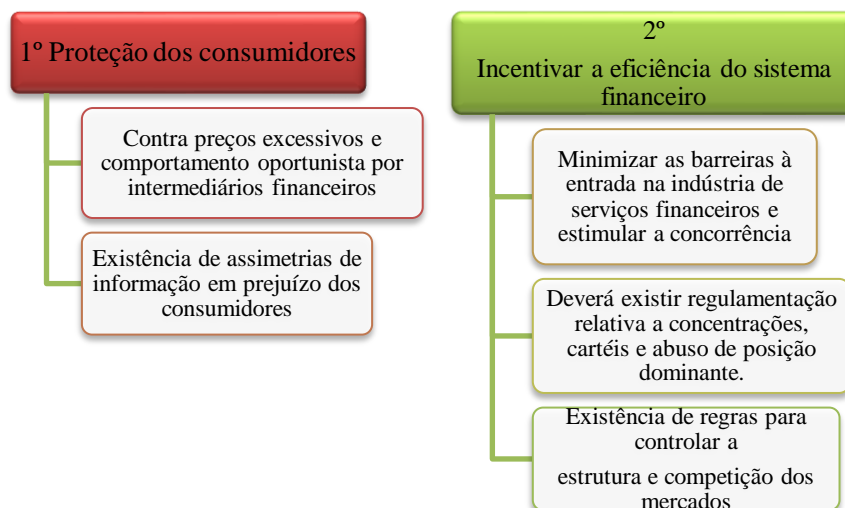
Entre as iniciativas e práticas discutidas nessa reflexão, resultaram de forma mais impactante a criação da União Bancária ao nível da área do euro, a qual vem sendo construída em torno de três vetores essenciais (Portugal, 2016).

Em primeiro lugar, definiu-se a centralidade das competências de supervisão prudencial das instituições bancárias, num Mecanismo Único de Supervisão (single supervisory mechanism-MUS), que funciona sob a égide do Banco Central Europeu (BCE). Em seguida, a criação de um mecanismo único de resolução europeia (Single Resulation Mechanism), apoiada por um fundo europeu dedicado, conhecido como Fundo Único de resolução (Single Resulation Fund). Finalmente, foi constituído um fundo de garantia de depósitos, que torne, na prática e não apenas na teoria, os depósitos garantidos, desde que efetuados numa instituição bancária da área do euro (Portugal 2016).

Assim o BCE constituiu em 4 de novembro de 2014 a entidade responsável do Mecanismo Único de Supervisão, que abrange todas as instituições de crédito da área do euro, enquanto o Conselho Único de Resolução, sedado em Bruxelas, é, desde 1 de janeiro de 2016, a autoridade de resolução europeia.

Assim, verifica-se que a confiança no sistema financeiro é fundamental para o seu funcionamento e, por isso, apesar das alterações da regulação e supervisão, os objetivos clássicos da regulamentação do sistema financeiro mantêm-se.

Figura 7: Objetivos Clássicos da Regulamentação do Sistema Financeiro



Fonte: Adaptado de Teixeira dos Santos, (2002)

Em suma, a construção da União Bancária não é uma eliminação de responsabilidades regulatórias e de supervisão dos bancos centrais, mas sim uma importante redefinição do seu papel.

2.1.2 Crescimento económico

O conceito de crescimento económico ganhou um grande destaque em 1776 com a publicação de “A Riqueza das Nações” de Adam Smith, obra onde o autor estuda a formação da riqueza de uma nação, analisando o funcionamento dos mercados e a relação da expansão dos mesmos com os ganhos de escalas de produção, onde os custos médios seriam reduzidos e permitiriam gerar lucros. Para Smith um dos representantes da escola Clássica na economia, estes lucros ampliariam as possibilidades de emprego da mão-de-obra economicamente ativa, o que incrementaria o rendimento da população e, no longo prazo, levaria uma redistribuição de riqueza entre o capital e o trabalho. O crescimento económico, para Smith, era tido como uma das principais condições para o alcance do desenvolvimento, ou melhor, representava o próprio desenvolvimento, (Samuelson e Nordhaus, 2005).

Deste modo depois de apresentada essa abordagem, muitos foram os autores que defenderam essa visão, destacando quatro fatores importantes do crescimento da economia, tais como (Samuelson e Nordhaus, 2005):

- ✓ Recursos humanos: consistem na quantidade de mão-de-obra e nas qualificações da população ativa. Este constitui um fator fundamental para se crescer, porque um país

pode comprar tecnologia de ponta (computadores rápidos, modernos aparelhos de telecomunicações, equipamentos sofisticados para geração de eletricidade ou mais...), mas estes bens de capital só podem ser eficazmente usados e mantidos por trabalhadores qualificados e treinados, caso contrário, são um investimento amortizado antes do tempo;

- ✓ Recursos naturais: com eles, existe uma probabilidade de crescimento da economia, peso embora no mundo moderno a posse de recursos naturais não seja um fator necessário para o sucesso económico;
- ✓ Formação de capital: tem-se a percepção que a acumulação de capital eleva de forma célere as economias, uma vez que possibilita um forte investimento em novos bens de capital como novas infraestruturas, construção de estradas de qualidade, novas máquinas, entre outros, que contribuem para a criação de riqueza;
- ✓ Progresso tecnológico: atualmente é uma das principais chaves para o sucesso e para um rápido crescimento das economias e dos níveis de vida. O progresso tecnológico corresponde às alterações nos processos de produção ou à introdução de novos produtos, ou serviços que contribuem para um crescimento económico mais rápido e com um maior nível de diferenciação que, contribui para um aumento generalizado do rendimento das sociedades.

Entretanto, para se constatar a existência do crescimento económico, é imperativo que se meça um indicador chave, conhecido como PIB, definido por Lancelotti e Dauzacker (2010) como o meio indicado para medir o crescimento económico dos países, evidenciando o que foi produzido internamente em termos de bens e serviços e servindo de instrumento para comparar o acréscimo ou decréscimo macroeconómico entre as nações, como um produto ou valor adicionado, gerado no território económico de um país ou região pelos seus residentes. Assim o rendimento gerado na produção, é obtida pelo saldo entre o valor da produção e o consumo intermediário. Assim o PIB apresenta a seguinte fórmula para o seu cálculo:

$$PIB = C + I + G + X - M \quad (2.1.2.1)$$

Onde,

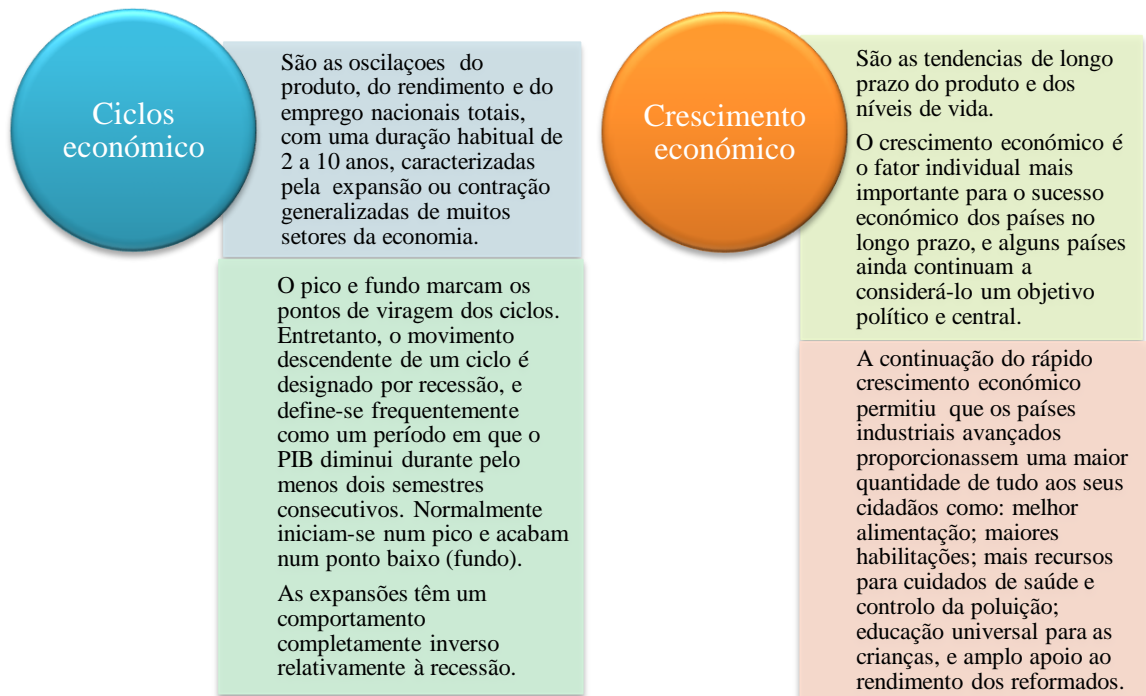
C = Consumo; I = Investimento; G = Gastos; X = Exportações; M = Importações

2.1.2.1 Visão global da macroeconomia

Existe uma forte tentativa de percepção dos motivos que levam alguns países a apresentarem altos níveis de progresso, com níveis de vida e crescimento elevados, enquanto outros, acabam demonstrando altas taxas de desemprego, inflações muito aceleradas, salários baixos e grandes défices comerciais. Assim, a macroeconomia tem como objetivo evidenciar as razões que estão subjacentes ao crescimento e ao declínio económico dos países. A título de exemplo, Salgado (2000) identifica no seu trabalho, a existência de inúmeras razões que retratam a recessão económica dos países, relacionando-a ao declínio na formação da reserva de capital, à alteração na estrutura da força de trabalho no setor de produção de bens, ao investimento de capital em setores de serviços e outros segmentos de baixa produtividade, à ausência de progresso tecnológico e à extrema regulação económica, entre outros aspetos.

Assim com o intuito de mensurar os níveis de progresso destacamos dois indicadores principais, os ciclos económicos e o crescimento económico (Samuelson e Nordhaus 2005).

Figura 8: Dois Principais Elementos do Desempenho da Macroeconomia



Fonte: Adaptado de Samuelson and Nordhaus (2005).

Portanto, tendo em conta a razão de crescimento da economia de alguns países, como descrito acima, é importante realçar que um investimento de qualidade é fundamental, pois o mesmo poderá ter impacto no desempenho de uma economia. Assim, a taxa de crescimento do PIB no longo prazo pode aumentar consideravelmente, quando associada a um investimento elevado em ciência e em capital, o que nos leva a efetuar um menor consumo no processamento de bens como alimentos, vestuário e lazer (Samuelson e Nordhaus 2005).

Entretanto, com o aumento da taxa de crescimento do PIB, gerado pelo investimento em capital, as economias respondem melhor aos possíveis dilemas macroeconómicos, destacando principalmente as potenciais evoluções positivas do desemprego e da inflação (que refletem a miséria económica e insegurança pública). No entanto, quando se regista um aumento do PIB demasiadamente rápido, que conseqüentemente conduz a uma diminuição da taxa de desemprego, há uma forte tendência para se registar um aumento nos preços e nos salários, havendo impacto negativo na taxa de inflação. Assim, os países tendem a intervir na economia através das políticas macroeconómicas, evitando taxas de desemprego e de inflação elevadas (Samuelson e Nordhaus 2005).

2.1.2.2 Indicadores do crescimento económico

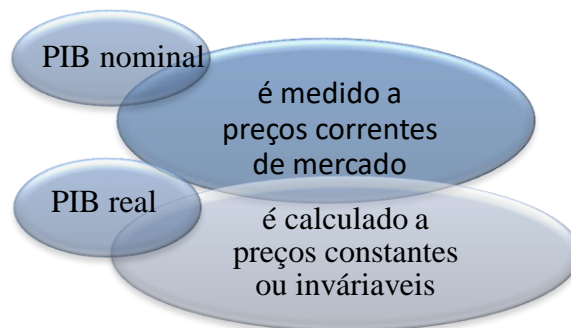
Samuelson e Nordhaus (2005) referem que a avaliação geral do desempenho das economias, é medido por várias variáveis, das quais destacam como mais importantes as seguintes:

- ✓ O PIB;
- ✓ A taxa de desemprego;
- ✓ A inflação.

Contudo, a forma mais abrangente de medir o total das atividades económicas desempenhadas é maioritariamente o Produto Interno Bruto (PIB). Outro indicador que também é uma referência nos dados das economias é o Produto Nacional Bruto (PNB), que difere do PIB por não considerar no seu cálculo a RLEE (renda líquida enviada ao exterior). Em sequência, o PIB, por englobar na totalidade o que o país produz, independentemente de serem empresas nacionais ou internacionais, os seus valores acabam por ser mais considerados que o PNB (Samuelson e Nordhaus, 2005). Importa realçar que, o PIB é definido como a quantificação do valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos num país

durante um ano, e existem duas formas de medi-lo, nomeadamente, o PIB nominal e o PIB real (Romer, 2006).

Figura 9: Distintas Formas de Medir o PIB



Fonte: Adaptado de Samuelson e Nordhaus (2005).

No entanto, Samuelson e Nordhaus,(2005) afirmam que os economistas consideram que o PIB real é a melhor referência para a analisar o crescimento económico dos países, visto que o mesmo nos conduz estritamente à análise das quantidades produzidas dos bens, não considerando as alterações que os preços vão sofrendo ao longo dos anos, ao contrário do PIB nominal. Apesar de eventuais flutuações de curto prazo no PIB, as economias consideradas mais ricas, no longo prazo, exibem geralmente um crescimento sustentado do PIB real e uma melhoria dos níveis de vida, ou seja, apresentam uma maior capacidade para criar crescimento económico.

A taxa de desemprego é representada pelo número de desempregados dividido pelo total da população ativa. Importa referir que, no conceito de população ativa não se incluem os indivíduos desempregados que não estão a procura de emprego (Romer, 2006). Normalmente, os países efetuam esforços para manterem os níveis de desemprego baixos, pois quando o seu valor é elevado, tanto é um problema económico (porque representa um desperdício de recursos valiosos) como social (porque causa sofrimento aos desempregados que têm menores rendimentos). Quando as políticas do estado falham e o desemprego não é controlado, há uma contração económica que afeta o rendimento e o estado psíquico das pessoas e a vida das famílias (Romer, 2006).

Ao nível das empresas, quando se verifica uma recessão económica, existe a quebra de receitas, e normalmente os negócios diminuem a atividade, não sendo necessário um número

tão elevado de trabalhadores. Tal situação leva à não contratação de novos trabalhadores e, eventualmente à dispensa de alguns postos de trabalho. Assim, há uma relação forte entre produto e desemprego, o que fez com que se identificasse pela primeira vez a lei de Okun, conhecida por descrever a associação entre os movimentos no curto prazo do PIB real e as variações do emprego. Em 1962, Arthur Okun, analisou a relação existente entre crescimento do produto e a taxa de desemprego, em termos quantitativos, na economia norte-americana no pós-guerra da Coreia. Para o efeito, formulou uma relação econométrica e testou-a, encontrando evidências sobre a hipótese de que a relação era negativa e significativa, ou seja, aumento do produto acima de seu valor considerado potencial levaria a diminuição na taxa de desemprego. Assim, verificou que por cada 2% de quebra do PIB relativamente ao PIB potencial, a taxa de desemprego aumenta 1 ponto percentual, o que significa que, se o PIB começar a 100% do seu potencial e reduzir para 98% desse potencial, a taxa de desemprego aumenta 1 ponto percentual, por exemplo de 6% para 7%, (Samuelson e Nordhaus 2005).

Assim ao estudar a estrutura dos mercados de trabalho, os economistas identificam três tipos de desemprego, que os ajudam a diagnosticar a saúde geral do mercado de trabalho (Samuelson e Nordhaus, 2005).

Tabela 1: Diferentes Tipos de Desempregos

Desemprego ficcional	Desemprego estrutural	Desemprego cíclico
Ocorre por causa do movimento incessante de pessoas entre regiões e empregos ou nas diferentes etapas do ciclo da vida. Os trabalhadores desempregados ficcionalmente estão frequentemente a mudar de emprego, ou à procura de melhores empregos. Esses são habitualmente conhecidos como “desempregados voluntários”.	Significa um desequilíbrio entre a força da oferta e a procura de trabalhadores. Esses desequilíbrios normalmente ocorrem quando a procura por um tipo de trabalho aumenta, enquanto diminui a procura por outro tipo de trabalho e as ofertas não se ajustam rapidamente.	Existe quando a procura global de trabalho é diminuta, isto é, quando a despesa e o produto total diminuem, o desemprego aumenta praticamente em todo lado.

Fonte: Adaptado de Samuelson e Nordhaus (2005).

Os níveis elevados de utilização da capacidade de recursos disponíveis e níveis baixos de desemprego geram escassez de produtos nas economias de mercado, o que pode resultar numa subida intolerável dos níveis de inflação. Deste modo, a inflação ocorre quando o nível geral de preços está a aumentar e é calculada em relação a um índice de preços, constituído pelas médias ponderadas dos preços de mil produtos individuais (Samuelson e Nordhaus 2005). Deste modo a fórmula matemática da taxa de inflação é a seguinte:

$$\text{Taxa de inflação} = \frac{\text{níveis de preços (ano } t) - \text{níveis de preços (ano } t - 1)}{\text{nível de preços (ano } t - 1)} \times 100$$

Todavia, as inflações normalmente apresentam diferentes níveis de gravidade, que são classificadas em três categorias (Samuelson e Nordhaus 2005):

- a) Inflação moderada: caracterizada pelo aumento lento e previsível dos preços, conhecida como inflação anual de um só dígito.
- b) Inflação galopante: é a inflação de dois ou três dígitos de 20%, 100% ou 200% ao ano.
- c) Hiperinflação: é uma inflação fora do controlo a níveis elevadíssimos.

Na ocorrência de uma das inflações supracitadas, o principal impacto redistributivo acontece por intermédio dos seus resultados a respeito do valor real da riqueza das pessoas, ou seja, sobre o tipo de ativos e de responsabilidades que as pessoas detêm. Comumente, a falta de previsão da inflação, realoca a riqueza dos credores para os devedores, e acaba aparando quem deve e desamparando quem emprestou, como por exemplo, na eventualidade de obter um empréstimo, de 100.000,00€ para aquisição de uma habitação, que tenha que ser debitado 10 000€ de taxa de juros fixas anualmente, e subitamente uma grande inflação duplica todos os salários e preços. Consequentemente o pagamento nominal do empréstimo continua a ser 10 000€ anualmente, porém o seu custo real diminui para metade. Uma descida não prevista da inflação tem o efeito oposto. Mas a inflação afeta profundamente sobretudo o rendimento e os ativos, redistribuindo aleatoriamente a riqueza pela população, com um impacto reduzido sobre qualquer grupo em particular (Romer, 2006).

2.1.2.3 Políticas para o crescimento económico

A tarefa da estabilização económica exige que a economia não se afaste demasiado para cima ou para baixo relativamente a um ritmo constante correspondente a um nível elevado de emprego. De outra forma, resultaria em inflação ou em recessão. Assim, as políticas orçamental, monetária, fiscal e cambial utilizadas pelos governos, são fundamentais para a manutenção do ritmo de crescimento correto, para a diminuição das desigualdades e para favorecer a erradicação da pobreza (Henrique e Ricci, 2009).

Assim, a economia acaba por ser afetada como um todo pelas políticas do crescimento económico. Por essa razão, afirma-se que a análise dessas políticas está no campo da macroeconomia.

Nesse sentido, os governos têm um importante papel na economia de um país, por isso importa realçar as suas principais funções, destacadas em quatro áreas de grande abrangência, (Cleto e Dezordi, 2011):

Em primeiro lugar, o governo tem o papel de *regulador*, pois deve regular a atividade económica mediante leis e disposições administrativas. Com isso, torna-se possível o controle de alguns preços, monopólios e ações danosas ao direito do consumidor. Em segundo lugar, assume-se como *provedor de bens e serviços* e nesta função ele deve também, prover ou facilitar o acesso a bens e serviços essenciais, principalmente aqueles que não são de interesse do sector privado, tais como, educação, saúde, defesa, segurança, transporte e justiça. Para além disso, deve também assegurar da melhor forma possível, a função *redistributiva*, visto que as políticas económicas devem atingir e vir a beneficiar os mais necessitados da sociedade. Assim, modificam a distribuição do rendimento e da riqueza entre pessoas e/ou regiões públicas. Por fim, mas de igual importância o estado exerce também a função de *estabilizador*, partindo do princípio de que os formuladores das políticas económicas devem estar preocupados em estabilizar, controlar os grandes agregados macroeconómicos, tais como, taxa de inflação, taxa de desemprego e nível de produção, como o intuito de beneficiar a população (Cleto e Dezordi, 2011).

Contudo, para que essas funções sejam alcançadas de forma eficaz, o governo utiliza um conjunto de instrumentos (políticas) económicos, que podem ser divididos em três grandes grupos, (Cleto e Dezordi, 2011):

- ✓ Política Monetária: tem como objetivo controlar a oferta de moeda na economia. Consiste em controlar a oferta da moeda (liquidez) para determinar a taxa de juro de referência do mercado. Desta feita, o banco central eleva a taxa de juros (preço do dinheiro), diminuindo a oferta monetária, e a reduz atuando de forma inversa.
- ✓ Política Fiscal: é o principal instrumento da política económica do governo. Consiste na elaboração e organização do orçamento do governo, o qual demonstra as fontes de arrecadação e os gastos públicos a serem efetuados em um determinado período. A política fiscal visa alcançar dois objetivos inter-relacionados: estimular o crescimento económico e combater a elevada taxa de desemprego. Nesse sentido, o governo pode alterar o volume das receitas e dos gastos públicos através dos instrumentos fiscais tais como, o imposto (receitas), despesas do governo (gastos) e orçamento do estado.
- ✓ Política Cambial: o mercado cambial (divisas) é formado pelos diversos agentes económicos que compram e vendem moeda estrangeira, conforme suas necessidades. Empresas que vendem mercadorias ou produtos ao exterior aumentam a oferta de moeda estrangeira. Empresas que compram bens ou ações ao exterior procuram moeda estrangeira, pois os seus pagamentos ocorrem nas divisas dos fornecedores. Desta forma, o preço da moeda estrangeira em relação à moeda nacional é determinado neste mercado, sendo denominado de taxa de câmbio, sendo um instrumento fundamental para controlar a quantidade de moeda disponível numa economia.

Os decisores políticos podem influenciar o ritmo e a direção da atividade económica, através das políticas macroeconómicas mencionadas, existindo uma ligação estreita entre os objetivos económicos e a forma como implementam as diferentes políticas.

Tabela 2:Objetivos e Instrumentos da Política Macroeconómica

<i>Objetivos</i>	<i>Instrumento</i>
Controlar a oferta de moeda que afeta a taxa de juros, visando ↓ <i>nível elevado e crescimento rápido</i>	Política monetária “moeda e taxa de juros”
Elabora e gere o orçamento de estado com a finalidade de se obter ↓ <i>nível elevado de emprego e desemprego involuntário reduzido</i>	Política fiscal “tributos e despesas públicas”
Administra as operações cambiais e as suas taxas, para que se consiga obter estabilidade do valor da moeda ↓ <i>nível de valorização e desvalorização controlado da moeda nacional face à internacional</i>	Política Cambial “taxa de câmbio, exportações e importações”

Fonte: Adaptado de Samuelson e Nordhaus (2005)

Em tese, as ações das políticas monetária, fiscal e cambial deverão ter como finalidade maior, alcançar objetivos que tragam benefícios para a população em geral (Cleto e Dezordi, 2011).

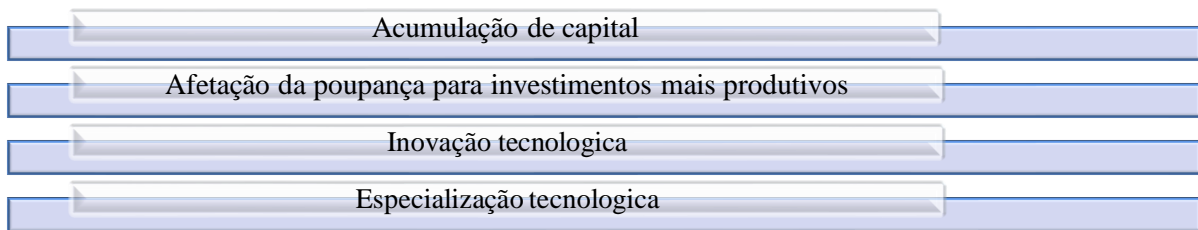
2.1.2.4 Efeitos do sistema financeiro sobre a economia

Um bom funcionamento do sistema financeiro, quer sejam os bancos ou fundos de investimentos, e os enquadramentos legais que criam e regulam o acesso aos mercados de capitais, são cruciais na economia moderna para criarem as condições para o crescimento da mesma. Com isso as sociedades inventaram a moeda para facilitar a atividade económica, que juntamente com os sistemas de pagamento, permite-nos ceder algo sem que tenhamos que receber em troca um produto específico ou deslocarmo-nos para locais distantes durante longos períodos. Do mesmo modo, permite que as empresas façam negócio com outras empresas que operam em locais longínquos. Para além disso, permite também, que o excesso de recursos (poupança) de determinado agente económico, indivíduos, famílias, empresas, possa ser

canalizado para outros agentes económicos que deles necessitem (investimento). Estas operações, por um lado, possibilitam a quem aplica os recursos ter um rendimento no futuro e, por outro lado, incrementam o investimento e o empreendedorismo (Bancos, 2020).

Desta feita, importa realçar como é que ao desempenhar as funções referidas nos pontos anteriores, o sistema financeiro influencia o crescimento económico, através de quatro canais genéricos de comunicação com a economia real (Drummond e Guiar 2002).

Figura 10: Canais de Transmissão do Sistema Financeiro para a Economia



Fonte: Adaptado de (Drummond e Guiar 2002).

Por outro lado, também é imperativo constatar que à medida que uma economia cresce, a procura por serviços financeiros tende a aumentar, impulsionando o desenvolvimento do sistema financeiro. "Onde a empresa lidera o financiamento segue" (Robinson, 1952, p 86). Tendo em conta essa linha de pensamento, o crescimento económico provoca uma grande procura em determinados produtos financeiros e o sistema financeiro por sua vez acaba dando resposta (Acaravci et al. 2007).

2.3 Desenvolvimento do setor financeiro e o crescimento económico

A teoria de Schumpeter que assenta na importância do sistema financeiro no crescimento económico, atendendo ao facto de que melhora a alocação de recursos aplicando-os em inovações e produtividade, despertou vários investigadores para o interesse de se verificar empiricamente essa relação. Esses estudos (alguns são referidos no ponto 2.3.1 a seguir apresentado), têm confirmado que o desenvolvimento financeiro tem uma grande influência nas políticas económica, pois o papel de intermediário do sistema financeiro entre quem tem recursos disponíveis e quem deseja efetuar investimento, dinamiza e facilita a economia, (Quixina, 2014).

Figura 11: Demonstração Básica do Funcionamento do Setor Financeiro



Importa, deste modo, afirmar que o sistema financeiro é composto por vários intermediários, em que fazem parte o Banco Central, além de bancos comerciais e de investimentos, corretoras de valores, fundos de investimentos, fundos de pensão, bolsas de valores e companhias de seguro. Contudo, a literatura da área apresenta uma certa tendência para colocar os bancos como as principais instituições do sistema financeiro, uma vez que, representam mais de 60% dos rendimentos do setor (Silva e Porto Júnior, 2006).

Com a integração mundial, tornou-se mais acentuada a importância do desenvolvimento do sistema financeiro, tornando possível estudar a nível global, as melhores alternativas de investimento e os melhores retornos. Essa integração gera vantagem competitiva para o país desde que sejam oferecidos retornos e custos de transações similares aos de seus competidores no resto do mundo (Quixina, 2014).

Neste sentido, verifica-se em diversos estudos (também referidos no ponto 2.3.1 a seguir apresentado), a importância do crescimento económico endógeno, que defende que o investimento em capital humano, inovação e conhecimento contribuem significativamente para o crescimento económico. Assim, vários autores defendem as vantagens competitivas das economias baseadas no conhecimento. A teoria do crescimento endógeno sustenta principalmente que a taxa de crescimento de longo prazo de uma economia depende de medidas políticas, destacando a capacidade de o setor financeiro estimular o crescimento económico por via da habilidade em mobilização da poupança, alocação eficiente de recursos, produção de informações de desempenho e monitoração de custos, diversificação de riscos e facilitação das transações comerciais de bens e serviços, (Ferreira e Ladvoat, 2015).

No entanto, apesar de terem sido realizados vários estudos, ainda existe uma certa divisão de opiniões em relação à causa e efeito entre o desenvolvimento do setor financeiro e o crescimento económico, pois há quem defenda que o desenvolvimento do setor financeiro incentiva o crescimento económico ou que o crescimento económico amplia a procura por

serviços financeiros, promovendo desta forma uma expansão do sector financeiro. Essas opiniões acabam levantando cenários favoráveis e desfavoráveis na relação entre o sistema financeiro e o crescimento económico.

2.3.1 Abordagem favorável à relação positiva entre o desenvolvimento financeiro e crescimento económico

Muitos são os autores que afirmam existir uma relação positiva entre o desenvolvimento financeiro e o crescimento económico. De seguida, são apresentados por ordem cronológica, vários estudos que abordam essa possibilidade.

King e Levine (1993), analisaram como os sistemas financeiros afetam o crescimento económico, através de um modelo de crescimento endógeno em que os sistemas financeiros, avaliam potenciais empreendedores, mobilizam poupanças para financiar atividades que aumentam a produtividade, apresentando como variáveis de análise, o passivo bancário dividido pelo PIB, o depósito bancário em relação ao PIB, o crédito bancário dividido pelo crédito bancário mais ativos internos do banco central, o crédito bancário ao sector privado dividido pelo PIB e o PIB real *per capita*. Foram utilizadas como variáveis de controlo a taxa de escolaridade secundária, o grau de abertura ao exterior, a despesa pública sobre o PIB e a taxa de inflação. Concluíram, através da análise cross-country que os países com sistemas financeiros desenvolvidos em 1960, 1970, e 1980 apresentavam taxas mais rápidas de crescimento do PIB e da produtividade per capita ao longo dos 10 anos seguintes.

Entretanto, Beck et al. (1999) analisaram o impacto do desenvolvimento financeiro no crescimento económico, mais especificamente no efeito que o setor bancário exerce no crescimento da produtividade, na acumulação de capital na taxa de poupança privada e no crescimento em geral. Verificaram um impacto causal positivo do desenvolvimento financeiro no crescimento do rendimento *per capita* e da produtividade total, com repercussões positivas no crescimento económico de longo prazo.

Beck et al. (2000), avaliaram a relação empírica entre o nível de desenvolvimento dos intermediários financeiros e o crescimento económico, o crescimento total dos fatores de produtividade, a acumulação de capital físico e as taxas de poupança privada, com um modelo de análise de cross-country, utilizando o crédito bancário ao sector privado em relação do PIB (excluindo o do banco central e dos bancos de desenvolvimentos), o passivo bancário em

relação ao PIB, os ativos dos bancos comerciais em relação à soma total dos ativos da banca e do banco central, a taxa de crescimento real do PIB per capita e o crescimento per capita do stock de capital físico, como indicadores de medida. Encontraram uma relação economicamente e estatisticamente significativa entre o desenvolvimento dos intermediários financeiros e o crescimento real do PIB per capita e o crescimento total dos fatores de produtividade. Os resultados destes autores apoiam a visão de que um melhor funcionamento dos intermediários financeiros melhora a alocação de recursos e acelera o crescimento total dos fatores de produtividade, com repercussões positivas para o crescimento económico de longo prazo.

Silva e Porto Júnior (2006), também analisaram a suposta relação positiva entre o desenvolvimento financeiro e o crescimento económico. O sistema financeiro influencia o crescimento económico devido as funções que este desempenha, tais como: a) mobilização de recursos; b) alocação de recursos no espaço e no tempo; c) administração de riscos; d) seleção e monitorização de empresas; e) produção e divulgação da informação. Para analisar estes aspetos, aplicaram técnicas de regressão quantílica, a partir de dados de 77 países, o que permitiu um mapeamento mais completo do impacto gerado pelas medidas de desenvolvimento financeiro na distribuição condicional da variável resposta (medidas de crescimento económico). As estimativas obtidas permitiram concluir que: a) havia uma relação positiva entre o desenvolvimento financeiro e o crescimento económico; b) quanto maior o quantil (isto é, maior a taxa de crescimento económico), maior seria a contribuição do sistema financeiro no crescimento económico.

Acaravci et al. (2007) examinam a relação causal entre o desenvolvimento financeiro e o crescimento económico na Turquia no período de 1986-2006, usando modelos de séries temporais dinâmicas. A investigação empírica foi realizada em uma estrutura de vetor de autorregressão (VAR), para analisar o efeito de curto prazo do desenvolvimento do intermediário financeiro sobre o crescimento económico. Os resultados mostraram uma relação causal unilateral que vai do desenvolvimento financeiro ao crescimento económico na Turquia.

Quixina (2014), com a mesma intenção de analisar a relação causal entre a evolução do sector bancário, e o crescimento económico, em particular em Angola durante o período de 1995-2012, incluiu o rendimento do petróleo como uma variável determinante. O autor utiliza um modelo simples de causalidade tri-variada, usando deste modo, as técnicas do teste de causalidade de Granger, para poder reprovocar ou aprovar a hipótese de uma correlação entre as variáveis. Assim sendo, os resultados empíricos revelaram: uma causalidade bidirecional

partilhada entre o rendimento de petróleo e o crescimento económico no período em análise; uma causalidade unidirecional do rendimento de petróleo para o desenvolvimento financeiro em Angola; e a existência de uma relação causal de um sentido, isto é, do crescimento económico para o desenvolvimento financeiro.

Já Ferreira e Ladvocat (2015), fazem uma revisão bibliográfica de trabalhos envolvendo as relações entre o desenvolvimento do setor financeiro e o crescimento económico. Destacam a evolução dessa teoria e a tendência ao estabelecimento de duas grandes vertentes de estudos que permitiu-lhes concluir que o desenvolvimento do mercado financeiro tem efeito positivo no crescimento económico. Alguns trabalhos evidenciam que isso ocorre especialmente em países de rendimento médio baixo para rendimento médio alto e que perde significância em países de rendimento alto. Para além disso, verificaram que a contribuição dos bancos é maior do que a do mercado de capitais, para o crescimento da economia.

Fernandes (2018), efetuou um estudo com o objetivo de desenvolver um novo modelo de crescimento económico, introduzindo custos internos de investimento do modelo de Romer (1990), demonstrando analítica e numericamente que o desenvolvimento financeiro diminui os custos internos de investimento, o que faz com que haja um maior crescimento. Contudo, concluiu que a taxa de crescimento económico é fortemente afetada pelo desenvolvimento financeiro.

Em tese percebe-se que a ideia central de todos os estudos, refere-se ao facto de a intermediação financeira permitir maior eficiência na alocação dos recursos financeiros, o que corresponde a maior captação de poupança e, conseqüentemente, maiores recursos para emprestar, que podem se destinar ao investimento no capital físico e humano, o que, por sua vez, gera crescimento económico.

2.3.2 Abordagem desfavorável à relação positiva entre o desenvolvimento financeiro e crescimento económico

Igualmente, podem-se verificar opiniões de autores a contestarem a relação positiva entre o desenvolvimento financeiro e o crescimento económico.

Al-Zubi e Abu-Mhareb (2006), aplicaram um modelo desenvolvido por Levine em 1997, porém usando dados de painel de 11 países árabes durante o período de 1980-2001. Os resultados mostraram que todos os indicadores financeiros não eram significativos e não

afetavam o crescimento económico. O modelo utilizado mostrava que apenas o indicador de crédito público ao crédito interno tinha efeito significativo positivo no crescimento da economia, sugerindo que os setores financeiros ainda estavam subdesenvolvidos e precisavam de mais esforços para exercerem as suas funções com eficácia nos Países árabes.

Na mesma linha de pensamento, Guryay et al. (2007) examinaram a relação entre o desenvolvimento financeiro e o crescimento económico do Norte de Chipre para o período de 1986-2004. O resultado mostrou que havia um efeito positivo não significativo do desenvolvimento financeiro sobre o crescimento económico do Norte do Chipre. Embora o teste de causalidade de Granger tenha mostrado que o desenvolvimento financeiro não causava crescimento económico, havia evidências de causalidade entre o crescimento económico e o desenvolvimento de intermediários financeiros.

Entretanto, Barbosa (2015), também realizou um estudo, porém com o objetivo de analisar os efeitos macroeconómicos do desenvolvimento do sistema financeiro, mais concretamente a influência positiva ou negativa que podia exercer sobre o crescimento da economia real. Para tal, utilizou um modelo de investigação com recurso a medidas estatísticas descritivas de tendência central e de dispersão. Para além disso, através de um modelo de regressão linear múltiplo, estimou em que medida cada uma das variáveis dependentes associadas à dinâmica financeira da economia, em particular, a taxa de crescimento da média móvel a cinco anos do crédito concedido pelas instituições creditícias a particulares e a empresas, em relação ao produto interno bruto, e a taxa de crescimento da média móvel do emprego em relação à população ativa, captavam e explicavam a dinâmica do crescimento real da economia de cada país da União Europeia (mensurado pela média da produção por trabalhador em cada ano). Concluiu que o setor financeiro tinha um efeito não linear sobre o crescimento económico, com implicações que podiam ser perversas a partir de uma determinada dimensão (ou limiar). Um segundo resultado obtido, evidenciou que o sistema financeiro podia ser um entrave ao próprio crescimento económico, ao competir com a economia real por recursos escassos, levando à necessidade de políticas seletivas no desenho dos sistemas financeiros nacionais.

Em suma, com os estudos supracitados percebe-se que, tal como no ponto anterior onde vários estudos confirmavam a relação positiva entre o setor financeiro e o crescimento, neste caso, os estudos contrariam esta relação, defendendo que nas economias com o sistema

financeiro menos desenvolvido, este não terá um impacto tão significativo no crescimento económico.

2.4 A Influência dos recursos naturais no crescimento económico

Sendo o estudo em causa voltado para a realidade angolana, que por sua vez tem a maior parte da sua economia assente na exploração de petróleo, procura-se neste ponto abordar a influencia positiva ou negativa dos recursos naturais no crescimento económico, tendo sido este tema também alvo de vários trabalhos de investigação ao longo dos anos.

Por exemplo, Frankel, (2011), desenvolveu um estudo sobre a “maldição dos recursos naturais”, procurando saber como muitas vezes os países com petróleo ou outras riquezas naturais não conseguiram crescer mais rapidamente do que aqueles que não o têm. E concluiu que, estes países dificilmente alcançam o apogeu pelo facto de serem afetados por vários fatores, tais como: Volatilidade nos preços das *commodities*, guerras civis, desindustrialização, instituições fracas e corruptas e epidemias. Ainda no mesmo estudo, Frankel (2011), estudando os dados em painel relativos aos estados dos EUA no período entre 1970 a 2001, evidenciou que a grande quantidade de recursos naturais estava inversamente correlacionada com as taxas de crescimento, porém, diretamente associada aos níveis de rendimento.

Já Freitas Jr. (2012), chegou à conclusão que os resultados de investigação são contraditórios relativamente à “maldição dos recursos naturais”, embora alguns dos pressupostos a ela associados, como a existência de uma tendência constante de queda dos preços nas transações de produtos primários, tenham-se mostrado verdadeiros no século passado. Contudo, nem sempre essa tendência se verifica.

3. Contexto Económico e Financeiro Angolano

Neste capítulo, num primeiro momento, faremos o enquadramento geográfico, económico e financeiro de Angola. Em seguida, é efetuada a caracterização do setor bancário angolano.

3.1 Enquadramento geográfico, económico financeiro

3.1.1 Situação geográfica de Angola

Angola encontra-se situada no Sudoeste do continente africano, possui 18 províncias, com 163 municípios e 475 comunas, dispondo assim de uma área territorial com perto de 1.246.700 km². O senso populacional realizado em 2014 pelo Instituto Nacional de Estatística, aferiu que a população era de 24.383.301 habitantes, onde 62,4% encontrava-se concentrada nos grandes centros urbanos do país. Desde então, vem-se registando um crescimento populacional correspondendo atualmente a 29.608.109 habitantes até 09 de Setembro de 2020. Importa realçar que, não obstante a língua oficial ser o Português existem no país vários grupos etnolinguísticos, expressando-se em quarenta e duas línguas nacionais, sendo as línguas maternas da maioria da população o Kimbundo, o Kicongo, o Fiote, o Kwanyama, o Umbundo, o Mbunda, o Nganguela, o Nhaneca e o Tchockwe.

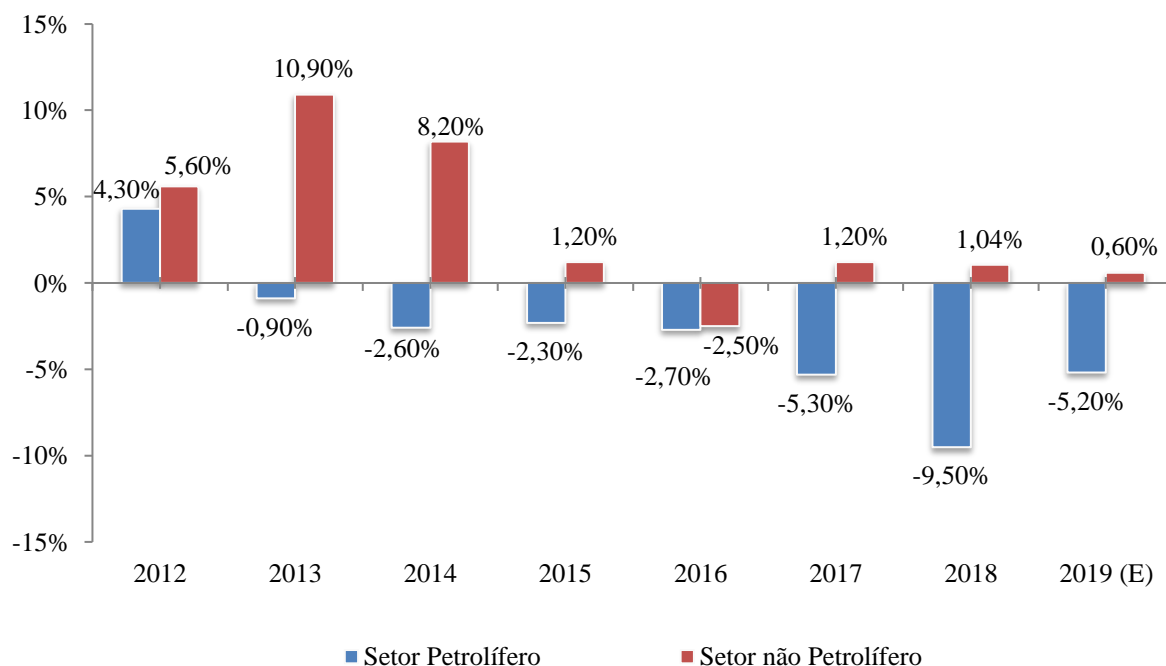
3.1.2 Enquadramento macroeconómico

A economia angolana tem ficado marcada pelo contínuo ambiente de conjuntura económica, oriundo maioritariamente da significativa queda do preço do barril de Petróleo nos mercados internacionais. Visto que Angola é um país visivelmente petro-dependente, a principal fonte de arrecadação de divisas começou a escassear a quantidade de moeda, prejudicando deste modo as importações das quais o país é largamente dependente. Em simultâneo, o surgimento da pandemia teve um impacto ainda mais negativo na situação económica, afetando os rendimentos das famílias, a taxa de desemprego e os níveis de poupança pública. Tal situação condiciona o consumo, a produção e o investimento.

Deste modo o poder executivo de Angola, prenuncia para 2020 uma queda de aproximadamente 1,21% na economia do país, por causa da provável redução da produção petrolífera em torno de 0,17%, aliada a uma diminuição do PIB não petrolífero em torno de 0,98% (Minfin 2020).

Do mesmo modo, dados mais recentes do FMI, antevem igualmente uma recessão em 2020, correspondendo a uma taxa de crescimento real negativo de (-4,0%). No entanto, estima-se que haja uma retoma do crescimento do PIB em 2021 em torno de 3,2%.

Gráfico 1: Evolução do PIB real petrolífero e não petrolífero (2012-2019)

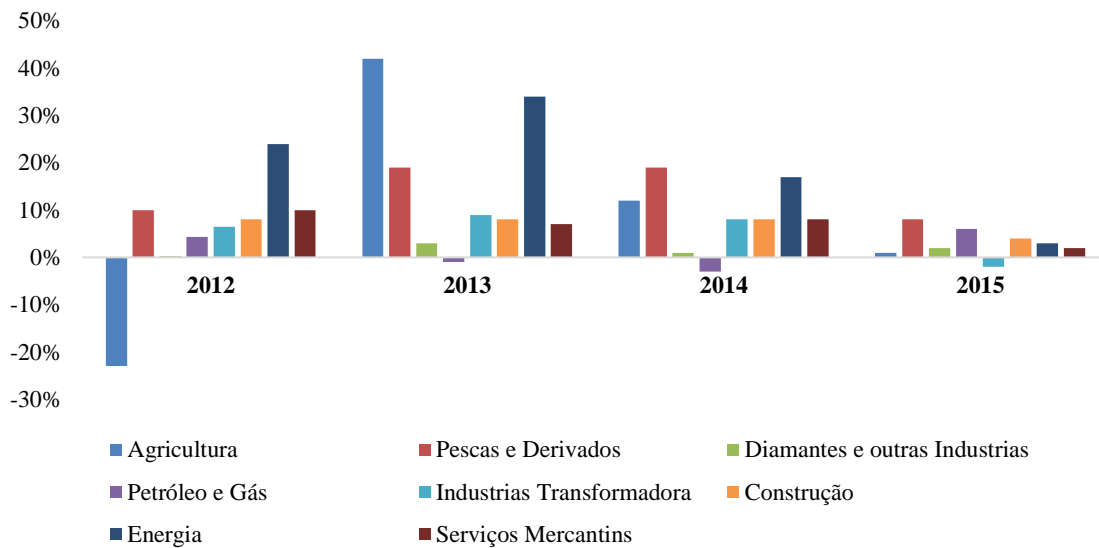


Fonte: Elaboração própria

Como se pode observar no gráfico 1, o setor não petrolífero apesar de vir reduzindo a sua taxa de crescimento, manteve-se positivo durante o período de 2014, 2015, 2017 e 2018, registrando apenas em 2016 um crescimento negativo. Por outro lado, o setor petrolífero tem vindo a registar quebras sucessivas desde o ano de 2012.

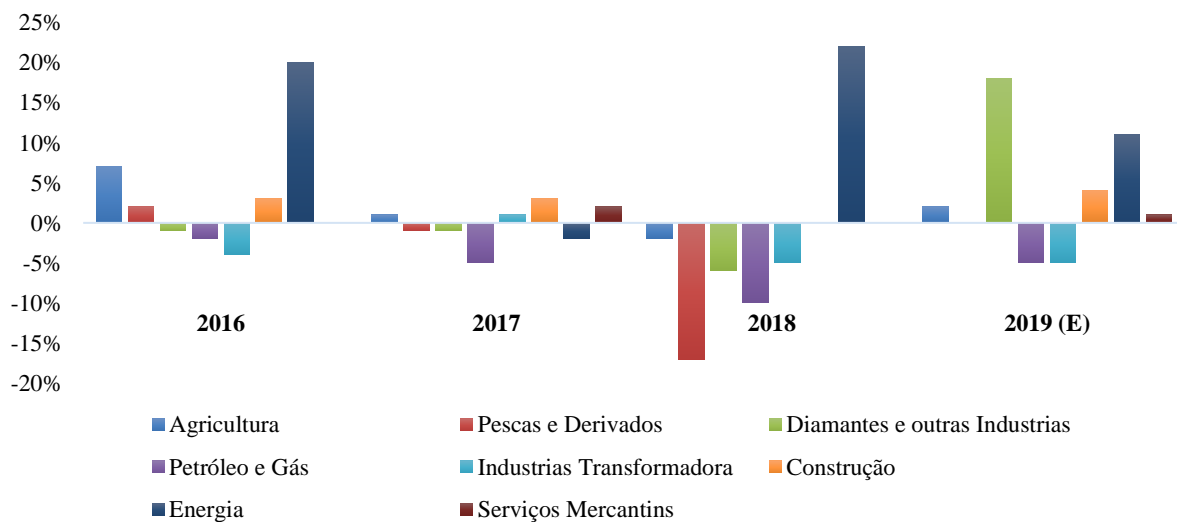
No mesmo sentido, segue a taxa de crescimento do PIB real por setor de atividade, representada nos gráficos 2 e 3, que nos evidenciam um dinamismo muito reduzido no setor não petrolífero, retratado de forma acentuada na atividade dos sectores da pesca e derivados passando de 19% para -17%, da indústria transformadora que passou de 8% para -5%, da agricultura de 12% para -2%, dos serviços de 8% para 0% e da construção que passou de 8% para 0%, o que culminou com uma desaceleração da atividade económica não petrolífera.

Gráfico 2: Evolução do PIB real por setores de atividade (2012-2015)



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 3: Evolução do PIB real por setores de atividade (2016-2019)



Fonte: Elaboração própria.

De modo geral, podemos afirmar que a economia de Angola nos últimos 3 anos consecutivos, vem apresentando uma constante recessão, e apoiando-se nas previsões do Executivo e do FMI, o quadro tende a continuar durante 2020.

3.2 Caracterização do sistema bancário angolano

A análise do setor resulta da reunião de informações públicas facultadas pelas instituições bancárias atuantes no mercado angolano e pelo Banco Nacional de Angola (BNA) que é o Banco Central do país.

Os valores agregados do sistema, salvo quando expressamente mencionado, resultam da informação do sistema bancário Angolano disponibilizada nos relatórios de contas do banco nacional de Angola, Deloitte e FMI.

3.2.1 Breve historial

Em 24 de Janeiro de 1956, num ambiente de grande fragilidade económica, nasce o Banco Comercial de Angola, SARL, (BCA), com um capital social detido em 50% pelo Banco Português do Atlântico, e o restante por outros fundadores. A sua criação teve como fundamento a realização de operações bancárias, que concentrar-se-iam no crédito agrícola e industrial. No ano de 1966, regista-se uma alteração na estrutura económica de Angola e o BCA é colocado perante o desafio de passar a intermediar com maior acutilância as importações maciças de bens de equipamentos destinados às indústrias extrativas. Perante uma maior dinâmica económica, o BCA teve de acompanhar a evolução do mercado, tendo efetuado a concessão de facilidades ao crédito ao consumo, impostas por um ritmo expansivo da procura interna (BPC 2012).

Em 28 de Janeiro de 1967 é inaugurada a nova sede do Banco, no Largo Saydi Mingas, Marginal de Luanda. As alterações no cenário político em Portugal culminaram, no dia 25 de Abril de 1974, com a queda do regime de Salazar, produzindo mudanças significativas nas colónias portuguesas (BPC 2012).

A 14 de Agosto de 1975 foi criada por Despacho Conjunto dos Ministérios do Planeamento, das Finanças e da Economia, a Comissão Coordenadora da Atividade Bancária (CCAB), passando os bancos comerciais a ser geridos por Comissões de Gestão, num ato que se designou por “Tomada da Banca” (BPC, 2012).

Em seguida no dia 11 de novembro de 1975, Angola torna-se num país independente. A CCAB dirigiu os destinos da banca até que foram confiscados os ativos e passivos do Banco de Angola (BA) e criado o Banco Nacional de Angola, através da Lei Nº 69/76, de 5 de novembro (BPC, 2012).

A Lei Nº 70/76, de 10 de novembro, criou o Banco Popular de Angola (BPA), com funções exclusivas de captação de poupanças, tendo toda a atividade comercial passado a ser desempenhada pelo Banco Nacional de Angola.

Em 1991, o Governo iniciou a implementação da reforma do sector financeiro e aprovou uma nova legislação, criando um sistema bancário de dois níveis, nomeadamente através das Leis Nº4/91 (Lei Orgânica do Banco Nacional de Angola) e Nº 5/91 (Lei das Instituições Financeiras), que puseram fim ao monopólio do Estado no sector financeiro.

O sistema bancário nacional passou então a ser composto, para além do BNA, por mais dois bancos comerciais constituídos sob a forma de sociedades anónimas de capitais públicos: o Banco de Poupança e Crédito - BPC; e o Banco de Comércio e Indústria -BCI (BPC 2012). Posteriormente, estabeleceram-se sucursais de bancos estrangeiros, nomeadamente, o Banco Totta e Açores (BTA), o Banco de Fomento Exterior (BFE) e o Banco Português do Atlântico (BPA). No âmbito da reestruturação do sistema bancário, a aprovação em julho de 1997, pela Assembleia Nacional da nova lei Orgânica do Banco Nacional de Angola, lei 6/97, de 11 de julho, e da lei Cambial- lei 5/97, de 11 de julho, permitiram que se ultrapassassem alguns desafios de origem legal, sendo o BNA como Banco Central, acometido de maior responsabilidade e autonomia para com maior propriedade conduzir e executar a política monetária e cambial do País (BPC 2012). Em 1999, foi decidida a extinção e liquidação da caixa Agropecuária e Pescas (CAP) e em maio do mesmo ano, o BNA implementou um conjunto de medidas com o objetivo de estabilizar o mercado monetário e cambial e aumentar a competitividade entre os Bancos. Atualmente e de acordo com a regulamentação em vigor, o sistema bancário nacional é constituído por várias instituições bancárias de capital nacional e estrangeiro, nomeadamente de capital português, as quais se constituíram em bancos de direito angolano. O Banco Nacional de Angola tem a sua sede na Av. 4 de fevereiro na marginal de Luanda e está representado nas províncias de Benguela, Cabinda e Huíla (BNA 2018).

3.2.2 O sistema bancário angolano e o risco financeiro

O desempenho do sistema bancário angolano tem sido condicionado pela dificuldade em reforçar a sua credibilidade, pelas limitações nas relações interbancárias, na implementação efetiva da supervisão baseada no risco e na adoção plena das normas internacionais de contabilidade e relato financeiro.

Relativamente a isso, no ano de 2018, efetuaram-se diversas ações de supervisão com intuito de reduzir o risco de crédito, como o acompanhamento da implementação efetiva dos normativos prudenciais publicados em linha com o acordo Basileia II, um aumento das ações

de carácter sancionatório e corretivo, e um acompanhamento da efetivação do aumento de capital social, nos termos do Aviso N.º 2/2018 de 02 de março (BNA, 2018).

Importa realçar que, realizou-se a criação do Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) através do Decreto Presidencial N.º 195 /18 de 22 de agosto, que entrou em vigor na mesma data, visando a garantia do reembolso dos depósitos constituídos junto de instituições financeiras bancárias domiciliadas em território nacional até um limite de 12,50 milhões de kwanzas. O mesmo aparece como garantia para os pequenos depositantes, completando desta forma a rede de segurança do sistema financeiro angolano (BNA, 2018).

O BNA (2018), baseando-se na necessidade de se adequar aos padrões internacionais, ao nível do quadro regulamentar e do processo de supervisão de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (BC/FT), no ano de 2018 iniciou a revisão legal necessária.

Contudo, verifica-se que as condições macroeconómicas vêm afetando o desempenho do sistema financeiro, visto que o risco de crédito se manteve em níveis elevados. Entretanto, os bancos angolanos registaram um incremento dos seus resultados, tendo em conta a regularização dos pendentes cambiais e a depreciação da moeda (AOA) que se deu devido ao recente regime cambial adotado no início do ano 2018 e que contribuiu para a diminuição de importações e a saída de moeda do país (BNA, 2018).

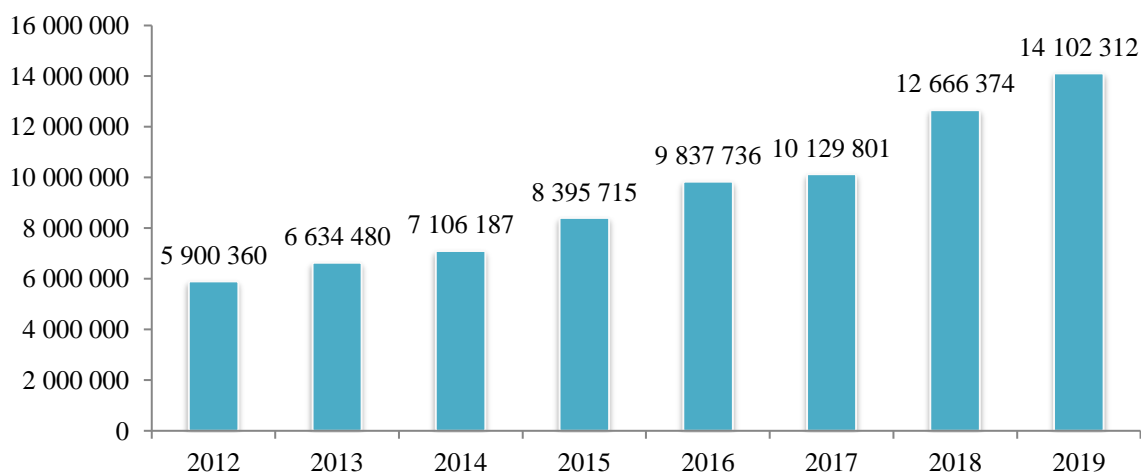
3.2.3 Principais indicadores na análise do sistema bancário

Os indicadores constituem uma ferramenta bastante importante, pois permitem-nos verificar o desempenho das organizações nas suas atividades. Deste modo, iremos analisar de seguida alguns indicadores de crescimento, de resultados e de adequação de capital, que contribuirão para se obter uma visão clara da situação do sistema bancário angolano.

Relativamente ao ritmo de crescimento, realçamos 3 indicadores: o ativo total, depósitos bancários e os produtos financeiros

No que concerne à estrutura do ativo total, verifica-se um crescimento acentuado desde 2012, pois verifica-se um aumento de 8.201.950 milhões de Kwanzas até 2019, conforme ilustra o gráfico 4.

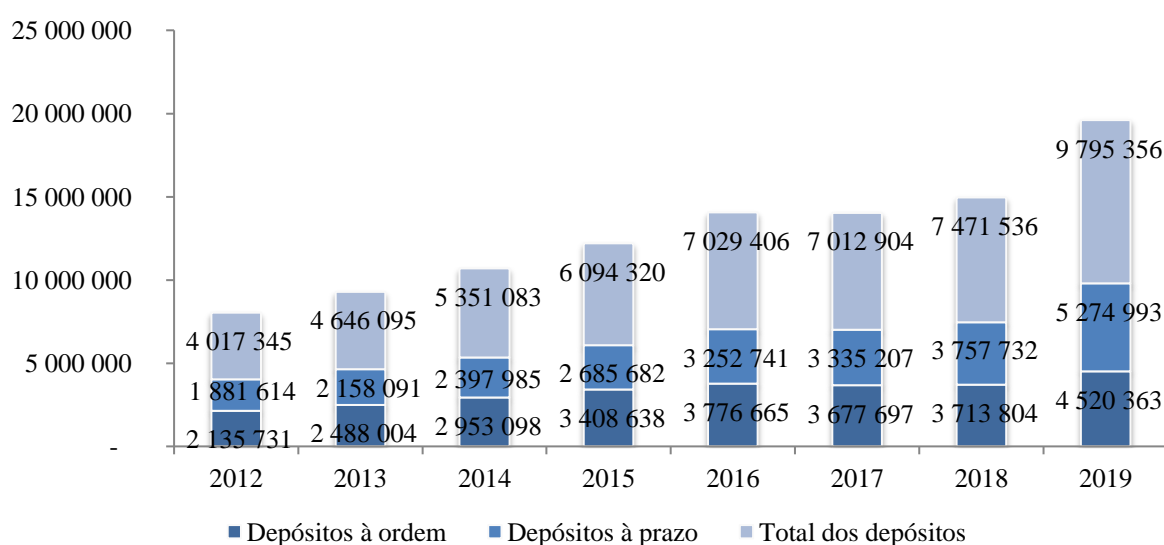
Gráfico 4: Evolução Estrutura do Ativo Total (em milhões de Kwanzas)



Fonte: Elaboração própria.

Assim, percebe-se que o valor total dos ativos, foi na ordem dos 14.102.312 milhões de Kwanzas no final do exercício de 2019, correspondendo a um crescimento de aproximadamente 11%, face ao exercício de 2018.

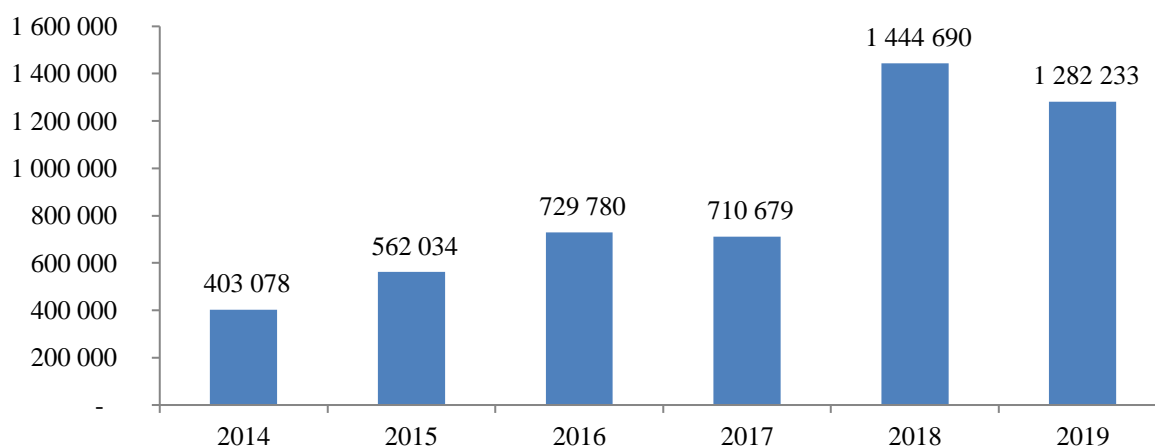
Gráfico 5: Evolução dos Depósitos Bancários (em mil milhões de Kwanzas)



Fonte: Elaboração própria.

Relativamente ao gráfico 5, percebe-se uma evolução no valor total dos depósitos bancários em torno de 9.795.356 mil milhões de kwanzas em 2019, sendo que os depósitos à ordem em 2019 apresentam um valor de 4.520.363 milhões de Kwanzas, e que os depósitos a prazo apresentam um valor de 5.274.993 milhões de Kwanzas.

Gráfico 6: Evolução dos Produtos Bancários (em milhões de Kwanzas)

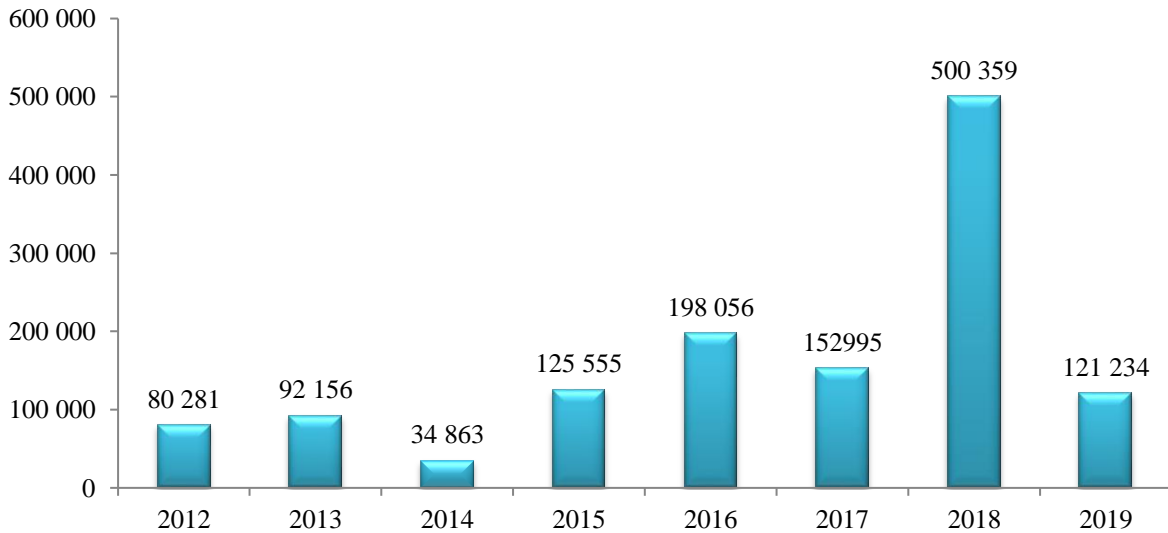


Fonte: Elaboração própria.

Em relação à evolução dos produtos bancários, importa realçar que a sua composição é feita pela margem financeira, o que quer dizer que o aumento ou diminuição desse componente implicam efeito direto nos produtos bancários. Entretanto, verificamos no gráfico 6 que do ano de 2014 a 2016 os produtos bancários demonstraram uma evolução positiva, porém, desde então, a tendência não tem sido consistente e verifica-se que de 2018 a 2019 existiu uma diminuição dos produtos bancários, passando de 1.444.690 milhões de Kwanzas no ano de 2018 para 1.282.233 milhões de Kwanzas em 2019.

Analisando a evolução dos resultados líquidos do setor, percebe-se que o total do resultado líquido registou um valor de 121.234 milhões de Kwanzas no ano de 2019, evidenciando uma diminuição de 379.125 milhões de kwanzas face ao ano de 2018.

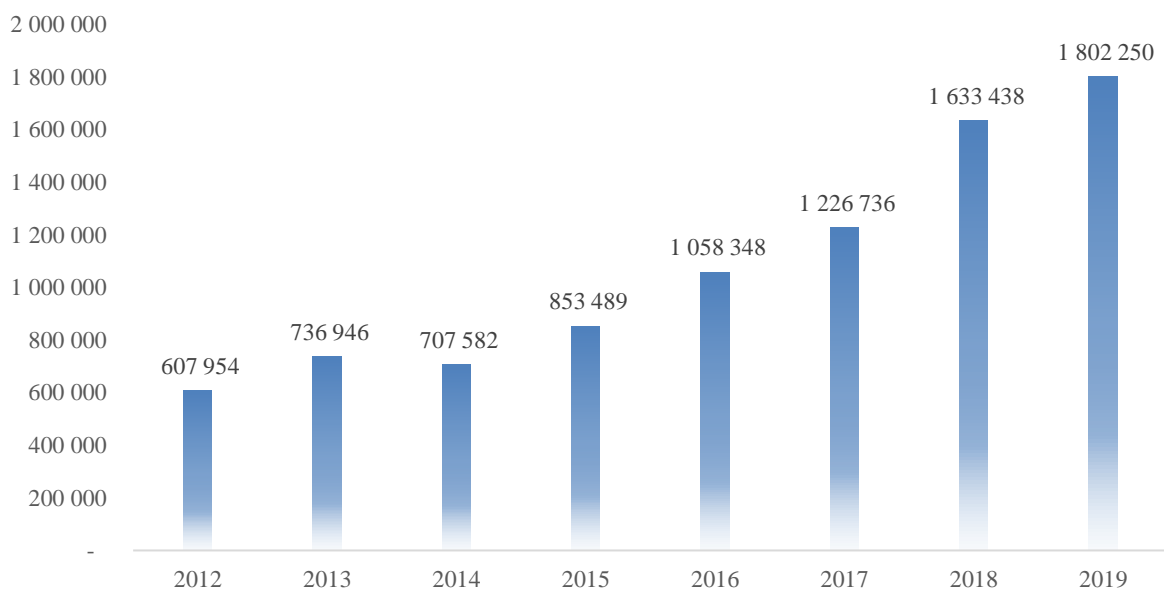
Gráfico 7: Evolução dos Resultados Líquidos (em milhões de Kwanzas)



Fonte: Elaboração própria.

Relativamente à evolução do valor total dos capitais próprios do setor bancário, verifica-se uma ascensão de 1.802.250 mil milhões de Kwanzas em 2019. Assim de 2012 a 2019, regista-se um aumento na ordem de 1.194.296 mil milhões de kwanzas, o que significa, que os capitais próprios do setor foram reforçados em torno de 10% face ao ano de 2018.

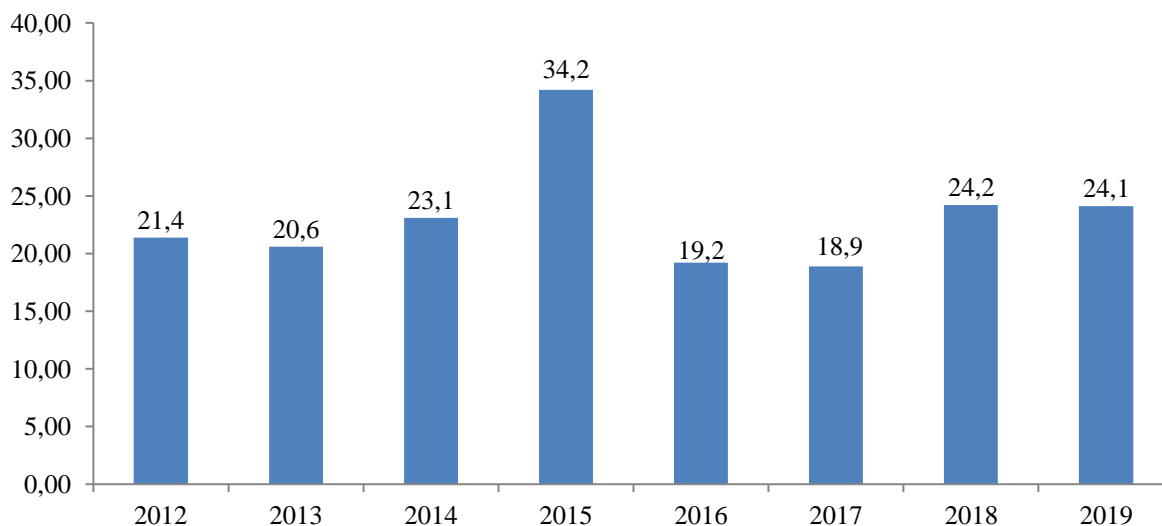
Gráfico 8: Evolução dos Capitais Próprios (em mil milhões de kwanza)



Fonte: Elaboração Própria.

Assim, com o reforço do capital social realizado pelos bancos para o mínimo de 7,50 mil milhões de kwanzas, no âmbito do Aviso N.º02/2018 de 2 de Março, os fundos próprios regulamentares aumentaram em 53,43% (BNA 2018).

Gráfico 9: Rácio de Solvabilidade regulamentar (%)

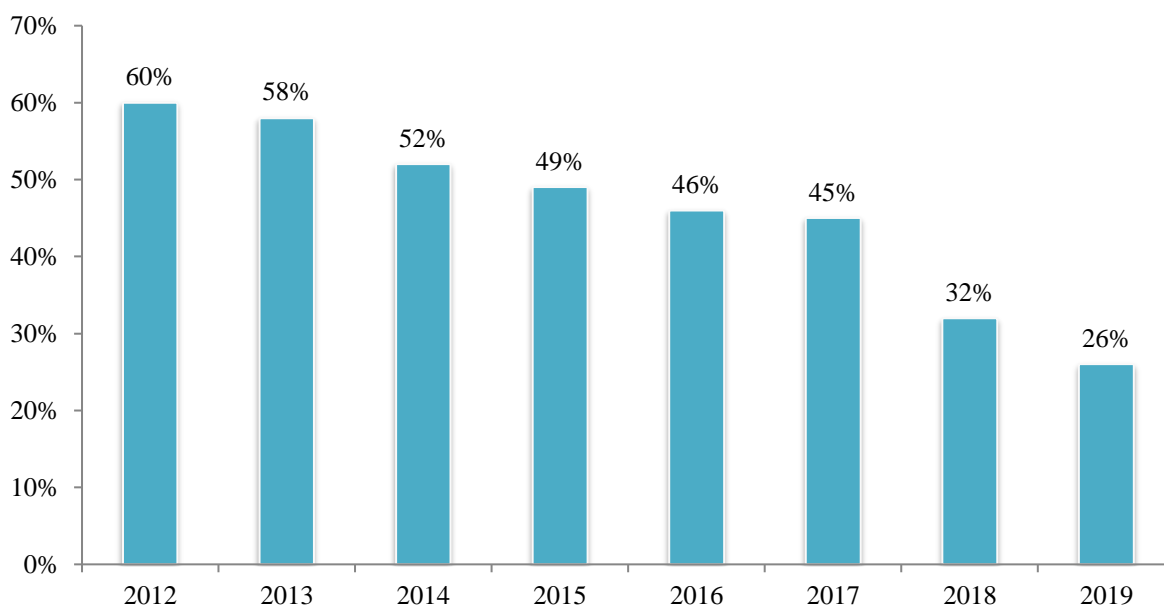


Fonte: Elaboração própria.

Por conseguinte, o rácio de solvabilidade regulamentar registou um crescimento, saindo de 21,4% no ano de 2012 para 24,1% no ano de 2019, o que coloca o seu valor acima do limite mínimo regulamentar exigido de 10%, apesar das variações nos resultados anuais do setor. Tal alteração, veio contribuir para um nível superior de sustentabilidade financeira, que permite reduzir os riscos inerentes ao desenvolvimento normal da atividade.

Finalmente apresentamos o rácio de transformação, conhecido por permitir avaliar a capacidade de transformar o crédito e os depósitos em disponibilidades para honrar os compromissos das instituições bancárias na data prevista (Luís 2019). O mesmo contribuiu para o exercício de Avaliação da Qualidade dos Ativos, ocorrido em 2019, e que resultou na necessidade de reforço das provisões para perdas por imparidade de crédito, nomeadamente no BPC, no qual a carteira de crédito teve uma redução de 94% (Deloitte 2020).

Gráfico 10: Rácio de Transformação



Fonte: Adaptado do relatório de contas anual da Deloitte, 2020.

De acordo com o gráfico 10 há uma redução acentuada do rácio de transformação dos bancos angolanos, o que evidencia a crescente dificuldade de liquidez e eventuais problemas para cumprir as obrigações com terceiros.

Assim, embora existam alguns indicadores reveladores da maior dificuldade na evolução recente do setor que poderão condicionar a sua capacidade de liquidez, o reforço dos capitais próprios a par do incremento progressivo do nível dos depósitos bancários evidenciam também, uma maior sustentabilidade financeira que poderá contribuir para um combate mais eficaz aos riscos inerentes à atividade bancária numa economia emergente.

3.2.4 Instituições bancárias autorizadas pelo BNA a operar no mercado angolano

De acordo com o BNA, até ao ano de 2018, as instituições bancárias registadas em Angola compreendiam um número de 27 bancos, sendo que o Banco Espírito Santo Angola (BESA) passou a assumir a denominação de Banco Económico, S.A.

Tabela 3: Bancos com Atividade Iniciada em Angola até o ano de 2018

Siglas	Nomes	Ano do início de atividade
BCI	Banco Comércio Indústria, S.A	1991
BPC	Banco de Poupança e Crédito, S.A	1976
BAI	Banco Angolano de Investimento, S.A	1997
BFA	Banco de Fomento Angola, S.A	1993
BCGA	Banco Caixa Angola, S.A	1993
ATL	Banco Millenium Atlântico, S.A	2016
BCA	Banco Comercial Angola, S.A	1999
BSOL	Banco Sol	2001
BMF	Banco Bai Microfinanças	2004
BIC	Banco Bic, S.A	2005
BNI	Banco de Negócios Internacionais, S.A	2006
BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola, S.A	2006
VTB	VTB África, S.A	2007
BCS	Credisul- Banco do Crédito do Sul, S.A	2016
BKI	Banco Kwanza Investimento	2008
BCH	Banco Comercial do Huambo	2010
SBA	Standard Bank de Angola, S.A	2010
BVB	Banco Valor, S.A	2010
FNB	Finibanc Angola	2008
BPG	Banco Prestígio, S.A	2015
BIR	Banco de Investimento Rural	2015
Yetu	Banco Yetu, S.A	2015
SCBA	Standard Chartered Bank Angola	2014
BOCLB	Banco da China Limitada- Sucursal em Luanda	2017
BK	Banco Keve, S.A	2003
BE	Banco Económico	2002

Fonte: Banco Nacional de Angola, 2020.

4. Metodologia

O presente capítulo aborda detalhadamente o tipo de metodologia utilizada, tendo em consideração que o objetivo principal do trabalho consiste em verificar o papel do setor bancário no crescimento económico de Angola. Assim, de seguida são apresentadas as hipóteses de investigação, as variáveis a estudar, as fontes de informação e as técnicas estatísticas utilizadas.

4.1 Hipóteses de investigação

Todo e qualquer trabalho científico implica a adoção de uma metodologia que segundo Rodrigues (2007), consiste num conjunto de métodos e de técnicas não só de recolha, como também de tratamento de informação, para se alcançar os objetivos predefinidos numa investigação.

Neste sentido, levando em consideração o objetivo deste trabalho que assenta na análise do papel do sector bancário no crescimento da economia de Angola, adotou-se uma metodologia com o intuito de poder se chegar a um resultado que possa esclarecer a situação do setor bancário angolano face à economia, evidenciando se o mesmo tem, ou não, uma forte implicação no crescimento económico. Para além disso, sendo a economia de Angola muito dependente do recurso natural petróleo, pretende-se também verificar se o desenvolvimento do setor bancário é condicionado pela evolução desse setor específico. Sendo assim, foram estabelecidas as seguintes hipóteses de investigação:

H₀- O setor bancário tem contribuído significativamente para o crescimento da economia angolana.

H₁- A contribuição do setor bancário na economia angolana é condicionada pelo setor petrolífero.

4.2 Variáveis e fontes de dados

Para a realização do trabalho de investigação estabeleceu-se o período de análise entre 1995 e 2019, procurando-se estudar os diversos períodos económicos com dados disponíveis.

Relativamente aos dados, os mesmos foram recolhidos a partir de bases de dados eletrónicas de instituições como o Banco Nacional de Angola (BNA), o Banco Mundial, o Ministério das Finanças (MINFIN), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Em função do período em análise, a amostra foi recolhida em series de dados anuais sobre as variáveis utilizadas no trabalho. Portanto a análise foi realizada num período que corresponde a 25 anos, mais propriamente entre 1995-2019, período escolhido por ser marcado pelo fim da guerra civil e pelo início da atual crise económica que o país vive devido a falta de divisas, em função da forte dependência do setor petrolífero (que foi afetado pela redução do preço do petróleo nos mercados internacionais) e das importações (com a falta de divisas, o acesso aos produtos nos mercados internacionais ficou bastante mais difícil).

Para a definição das variáveis a estudar, teve-se em referência o estudo realizado por Quixina (2014) sobre o setor bancário angolano. De seguida, são apresentadas as variáveis utilizadas:

- PIB real *per capita*: é o produto interno bruto dividido pela população durante um determinado período de tempo e representa o crescimento económico de um país;
- PIB real *per capita* não petrolífero; entende-se como o produto interno bruto real dos setores não petrolíferos, dividido pelo número de habitantes e representa o crescimento económico relacionado com os restantes setores de atividade;
- Peso do setor petrolífero; representa o valor do PIB angolano que advém da atividade petrolífera e é obtido através da dedução do custo total de produção sobre a produção de crude a preços internacionais;
- Peso do setor petrolífero no PIB Mundial; representa o valor do PIB Mundial que advém da atividade petrolífera, também obtido através da dedução do custo total de produção sobre a produção de crude a preços internacionais. Esta variável é utilizada em virtude da evolução mundial do setor petrolífero condicionar essa industria na economia angolana e, por conseguinte, o próprio nível de crescimento económico;
- Peso do setor Bancário (agregado monetário M2) na economia Angolana; representa o peso do setor bancário no PIB angolano. O agregado monetário M2 corresponde ao M1 (os ativos financeiros que realizam a função de meio imediato de pagamento, nomeadamente, a circulação monetária mais depósitos à ordem e equiparados), e os ativos financeiros dotados de elevada liquidez que, embora não constituam meios imediatos de pagamento, desempenham cabalmente as restantes funções monetárias (por exemplo, depósitos bancários a prazo e títulos de dívida pública com elevada liquidez).

4.3 Técnicas estatísticas

Para a realização do trabalho de investigação, foram utilizadas diversas técnicas estatísticas, tais como:

- Determinação das medidas de assimetria e de kurtose, bem como, o teste de aderência de Jarque e Bera, de forma a verificar a normalidade das distribuições das variáveis utilizadas;
- Determinação dos coeficientes de correlação entre as variáveis, para identificar o tipo de relação existente (positiva ou negativa) e a sua intensidade (relevante ou não estatisticamente);
- Elaboração do modelo VAR, identificando o número de períodos (LACs) a analisar no teste de Granger e a tornar a identificação das causalidades mais robusta;
- Realização do teste de Granger, a fim de identificar relações de causalidade entre as variáveis estudadas.

4.3.1 Assimetria, curtose e teste de aderência de Jarque e Bera

A estatística do teste Jarque e Bera (JB) é uma função das medidas de assimetria S e a curtose K calculadas a partir da amostra. Para o cálculo da assimetria usa-se o coeficiente de Pearson (1901), que apresenta a seguinte equação:

$$AS = \frac{\bar{x} - x_{mo}}{s} \quad (4.3.1.1)$$

onde

AS : é o coeficiente da variação;

\bar{x} : a média;

x_{mo} : a moda;

S : o desvio padrão.

No caso de $AS=0$ é considerada uma distribuição simétrica, $AS>0$ assimétrica positiva ou à direita e $AS<0$ assimétrica negativa ou à esquerda. Para intervalos em que $0<AS<0,15$ a assimetria é fraca; $0,15<AS<1$, a assimetria é moderada e $AS\geq 1$, a assimetria é forte.

A medida da curtose pode ser definida como o grau de afilamento de uma distribuição em relação a uma distribuição padrão, denominada de curva normal padrão. Pode ser de três tipos:

- Mesocúrtica: quando a distribuição é normal ($K=0,263$);
- leptocúrtica: quando a distribuição é mais pontiaguda que a normal ($K>0,263$);
- platicúrtica: quando a distribuição é mais achatada do que o normal ($K<0,263$).

Contudo a função do teste JB é definida por:

$$JB = \frac{n}{6} \left(S^2 + \frac{(K-3)^2}{4} \right) \quad (4.3.1.2)$$

Onde,

a assimetria da amostra $S = \hat{\mu}_3 / \hat{\mu}_2^{3/2}$ é um estimador de $\beta_1 = \mu_3 / \mu_2^{3/2}$

a curtose da amostra $K = \hat{\mu}_4 / \hat{\mu}_2^2$ um estimador de $\beta_2 = \mu_4 / \mu_2^2$, μ_2 e μ_3

correspondendo assim o segundo e terceiro momentos centrais teóricos, respetivamente, com as suas estimativas.

$$\hat{\mu}_j = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (x_i + \bar{x})^j, j = 2,3,4 \quad (4.3.1.3)$$

sendo JB apenas a soma dos quadrados de dois normais padronizados assintoticamente independentes, isso significa que H_0 deve ser rejeitado no nível α se $JB \geq \chi^2_{1-\alpha, 2}$.

4.3.2 Coeficientes de correlação

A fim de analisar as interligações entre os rácios económicos, estimou-se as correlações não condicionais e examinou-se o seu significado estatístico. Uma forma de testar a significância estatística do coeficiente de correlação é recorrer à estatística t , que segue a distribuição t , com $n - 2$ graus de liberdade, em que r é o coeficiente de correlação entre duas séries e n é o número de observações

4.3.3 Modelo VAR

Para compreender os choques entre variáveis iremos utilizar a metodologia do vetor autorregressivo (*VAR*), desenvolvido por Sims (1980). Este modelo é adequado, por nos possibilitar estimar um sistema de equações dinâmicas simultâneas, sem determinar qualquer limitação prévia na estrutura das ligações entre as variáveis.

A metodologia *VAR*, em níveis, pode ser apresentada da seguinte forma:

$$Y_t = C + \sum_{s=1}^m A_s Y_{t-s} + \varepsilon_t \quad (4.3.1.4)$$

Onde,

Y_t é um vetor coluna ($m \times 1$), com as m variáveis dependentes estacionárias,

C é um vetor coluna ($m \times 1$), da componente determinística,

A_s é a matriz dos parâmetros autorregressivos ($m \times m$),

m é o número de defasamentos, selecionado através dos critérios de informação de Akaike (AIC) e de Schwarz (SC);

entre outros, ε_t é o vetor ($m \times 1$) das perturbações ou das componentes não esperadas, associadas as respectivas variáveis dependentes, designadas na terminologia *VAR* por inovações, choques, ou impulsos, e que são *i.i.d.*, com distribuição normal, de média zero e variância-covariância Ω . As perturbações de cada uma das equações do modelo *VAR* podem estar contemporaneamente correlacionadas. As covariâncias são dadas pelos elementos não diagonais da matriz $E(\varepsilon_t \varepsilon_t') = \Omega$.

4.3.4 Teste de Granger Causality ou Block Exogeneity Wald Test

Iremos utilizar a metodologia da causalidade de Granger (Granger, 1969; Engle e Granger, 1987) para examinar se existe um resultado de causalidade estatístico entre as diversas variáveis. Concretamente com este modelo econométrico pretendemos avaliar se as modificações numa dada variável precedem, de forma ordenada, as alterações noutra mercado.

A metodologia da causalidade de Granger (Granger 1969) recorre-se do modelo *VAR* (Granger Causality ou Block Exogeneity Wald Test), que utiliza a estatística de Wald, para testar a hipótese nula de que os coeficientes das variáveis endógenas desfasadas da variável “causa” são nulos ou não “causam” no sentido Grangeriano a variável dependente. Todavia, temos que realçar que esta metodologia apresenta uma elevada sensibilidade ao número de desfasamentos estimados no modelo. Face a esta situação, a principal apreensão será estimar adequadamente os desfasamentos (número de períodos de valores de uma variável, necessários para explicar os valores de outra variável), para se poder chegar a conclusões adequadas.

5. Resultados e discussões

Neste capítulo apresentam-se os resultados obtidos através da utilização das diferentes técnicas estatísticas anteriormente referidas.

Para analisar o comportamento de variáveis económicas e financeiras, Tsay (2005), propõe a utilização de séries de diferenças de valores em detrimento de séries de valores, porque é uma forma de analisar os dados e, assim, as séries mostram características estatísticas que simplificam o tratamento analítico, designadamente a característica da estacionariedade, não presente usualmente nas séries de valores. Face a estas evidências as variáveis económicas e financeiras foram transformadas em séries de crescimento ou em séries das diferenças dos logaritmos neperianos dos valores corrente e precedente, instantâneas ou compostas continuamente, r_t através da seguinte expressão:

$$r_t = \ln P_t - \ln P_{t-1} \quad (5.1.1)$$

Onde,

r_t : representa o crescimento, na escala t , e

P_t e P_{t-1} : são os indicadores de fecho (ano) nos momentos t e $t-1$, respetivamente.

Relativamente às variáveis analisadas, utilizou-se uma nomenclatura apresentada na tabela seguinte.

Tabela 4: Variáveis Analisadas, no Período de 1995 a 2019

Variáveis	Sigla
PIB per capita (USD)	PIB+
PIB per capita sem o Setor Petrolífero (USD)	PIB -
Peso do Setor Petrolífero	OIL/Angola
Peso do Setor Petrolífero no PIB Mundial	OIL/PIB Mundial
Peso do Setor Bancário (M2) na economia de Angola	M2/Angola

Fonte: Elaboração própria

O gráfico 11 mostra a evolução das variáveis económicas: peso do setor petrolífero na economia angolana, peso do setor petrolífero em relação ao PIB mundial, peso do setor bancário (M2) na economia angolana, PIB *per capita* (em dólares EUA), e por fim o PIB *per capita* não petrolífero (em dólares EUA).

Gráfico 11: Evolução, em diferenças de valores, dos logaritmos do indicadores em análise, no Período de 1996 a 2019



Fonte: elaboração própria
 Nota: Séries de dados em Base 100, 25 dados de ponto.

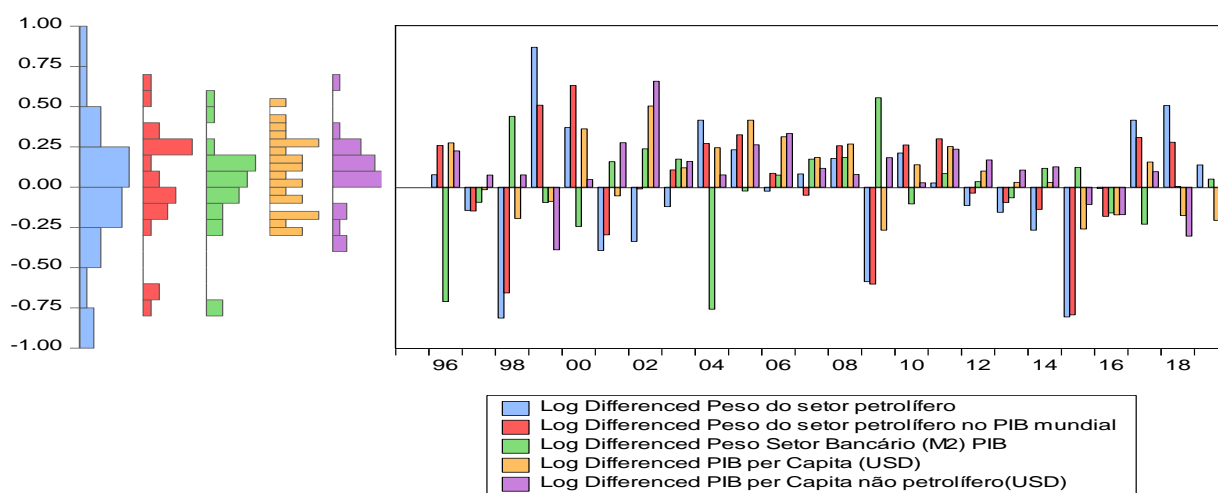
Através da análise gráfica podemos aferir quebras acentuadas no peso do setor petrolífero, peso do setor petrolífero em relação ao PIB mundial e PIB *per capita* (em dólares EUA), nos anos de 1998, 2009 e 2015. Tais quebras, poderão estar relacionadas com crises financeiras mundiais que decorreram durante esses períodos de tempo (em 1998, a Rússia declarou incapacidade para pagar a sua dívida obrigacionista, em 2009 estavam a sentir-se os impactos da crise do *subprime* e em 2015 sentiam-se os efeitos da redução do preço do petróleo) e que levaram à redução das exportações do petróleo e, conseqüentemente, à diminuição da quantidade de divisas disponíveis, reduzindo consumos, investimentos e o PIB angolano.

Já no peso do setor bancário (M2) na economia angolana existem quebras significativas em 1996 e 2004, podendo estar relacionadas, no caso do ano de 1996, com a guerra civil ainda a decorrer e, em 2004, com o aumento dos investimentos na economia e nas infraestruturas do país que se encontravam bastante deficitárias.

Quando analisamos o PIB *per capita* não petrolífero (em dólares EUA) verificamos uma quebra acentuada em 1999, e constatamos uma tendência decrescente desde o ano de 2002, o que evidencia a dificuldade em dinamizar a iniciativa privada e a diversificação da economia, tornando o país muito dependente das receitas provenientes do setor petrolífero (e também da extração de diamantes).

O gráfico 12 mostra a evolução das variáveis económicas, em diferenças dos logaritmos dos valores do peso do setor petrolífero na economia angolana, peso do setor petrolífero em relação ao PIB mundial, peso do setor bancário (M2) na economia angolana, PIB *per capita* (em dólares EUA), e o PIB *per capita* não petrolífero (em dólares EUA).

Gráfico 12: Evolução, em diferenças de valores, dos logaritmos dos indicadores em análise, no Período de 1996 a 2019



Fonte: elaboração própria

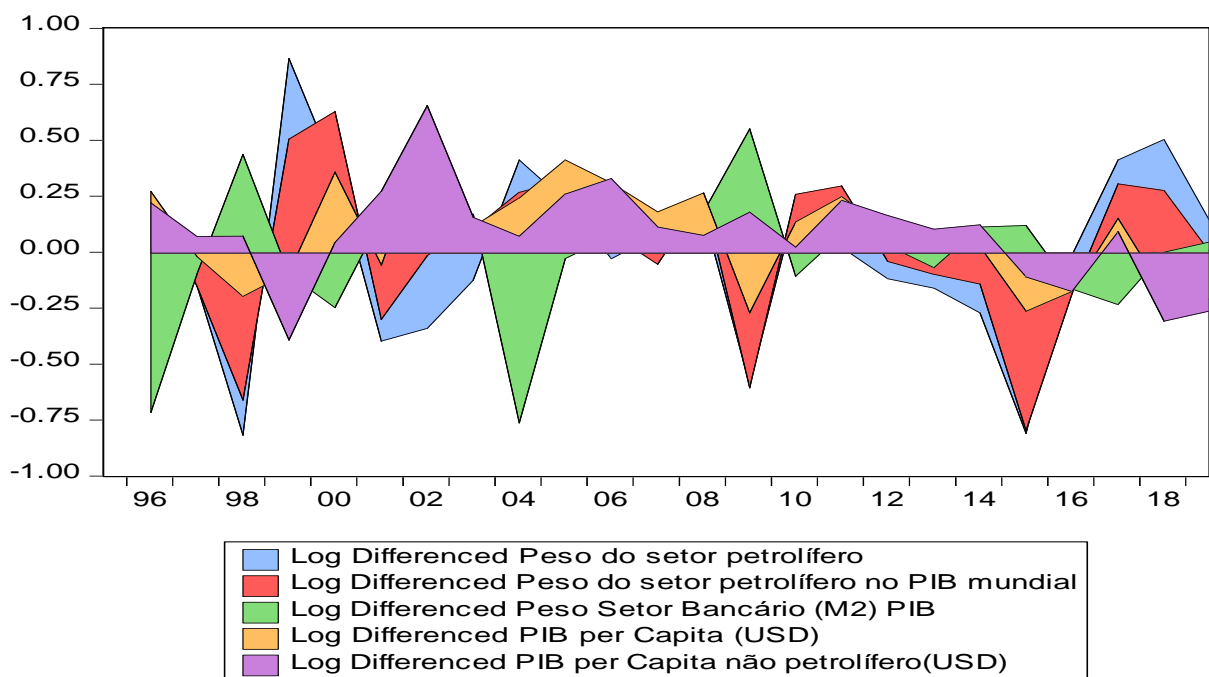
Nota: Séries de dados em Base 100, 25 dados de ponto.

Através da análise gráfica podemos aferir que as variáveis analisadas apresentam padrões de comportamento distintos, ou seja, as variáveis têm tendências distintas, com especial destaque para os períodos de 1996 a 2002, 2004, 2009 e 2015, o que poderá significar uma correlação pouco forte entre as mesmas (com exceção da relação existente e visível entre a

evolução do setor petrolífero mundial e o setor petrolífero angolano). Assim, tais variações evidenciam sobretudo, as quebras nos rendimentos do setor petrolífero, tanto a nível mundial como nacional. Os valores das variáveis económicas em análise sofreram fortes variações ao longo dos anos em estudo, sugerindo que as series de dados seguem uma distribuição normal.

No gráfico seguinte, observa-se melhor as conclusões acima referidas, constatando-se, através das diferentes cores, as evoluções diversificadas das variáveis em estudo (apenas os setores petrolíferos seguem a mesma direção).

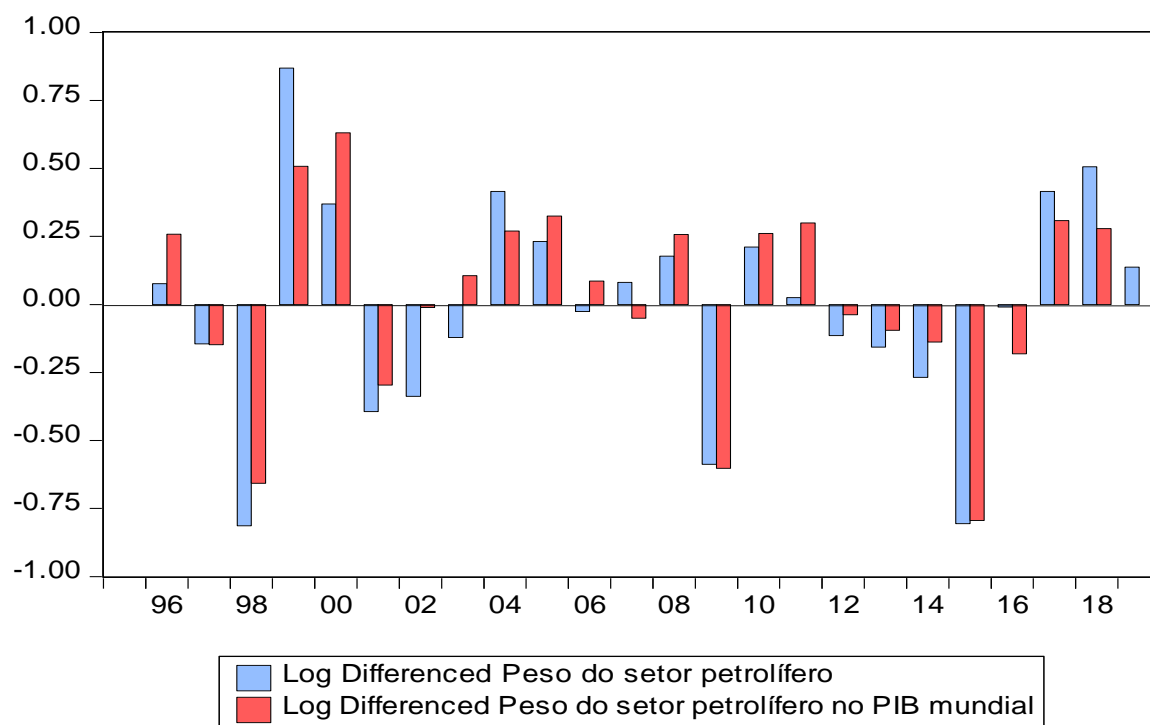
Gráfico 13: Evolução, em diferenças de valores, dos logaritmos dos indicadores em análise, no Período de 1996 a 2019



Fonte: elaboração própria
 Nota: Séries de dados em Base 100, 25 dados de ponto.

No gráfico 14 podemos ver a evolução das variáveis Peso do Setor petrolífero vs Peso do Setor petrolífero no PIB Mundial, onde se confirma a existência de alguma sincronização das variáveis.

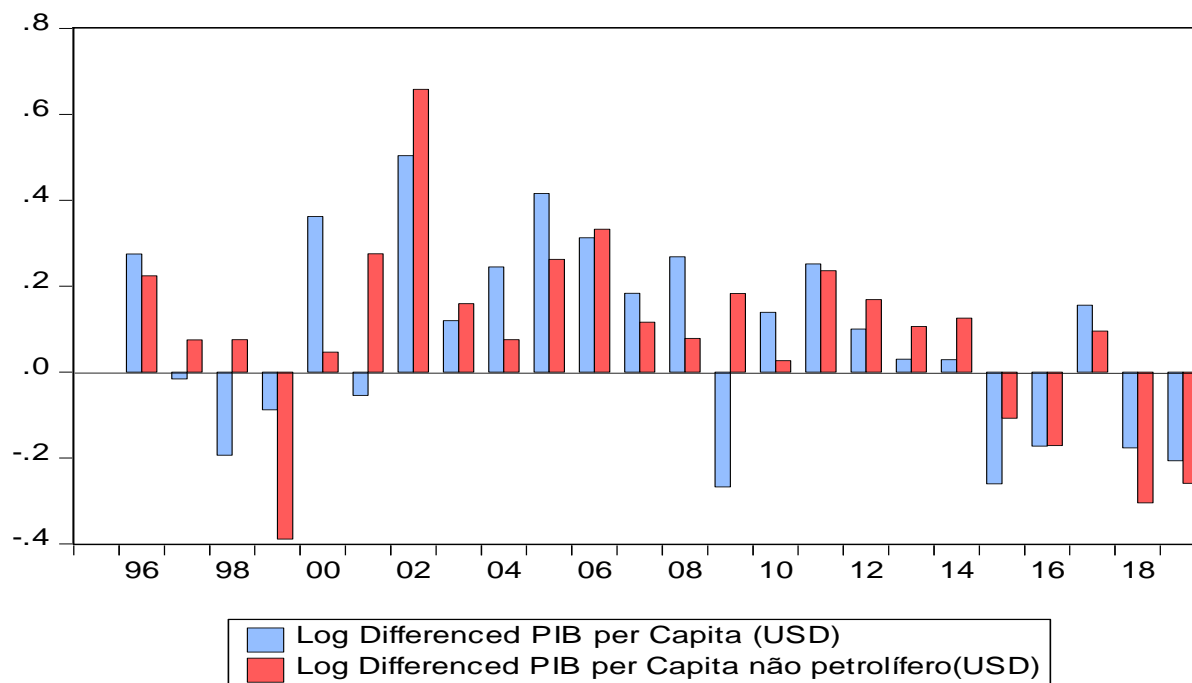
Gráfico 14: Evolução, em diferenças de valores, dos logaritmos do Peso do Setor petrolífero e do Peso do Setor petrolífero no PIB Mundial, no período de 1996 a 2019



Fonte: elaboração própria
 Nota: Séries de dados em Base 100, 25 dados de ponto.

No gráfico 15, podemos ver a evolução das variáveis PIB *per capita* (USD) vs, PIB *per capita* sem o setor petrolífero (USD), no período de 1996 a 2019. Embora de um forma menos evidente que a observada nos setores petrolíferos, podemos constatar também a existência de alguma sincronização entre as variáveis.

Gráfico 15: Evolução, em diferenças de valores, dos logaritmos do PIB per capita (USD) e do PIB per capita sem o setor petrolífero (USD), no período de 1996 a 2019.



Fonte: elaboração própria
 Nota: Séries de dados em Base 100, 25 dados de ponto.

Na **tabela 5** podemos ver as estatísticas descritivas referentes aos 5 rácios económicos, nomeadamente os rácios PIB per capita (PIB +), PIB per capita sem o setor petrolífero (PIB -), Peso do Setor petrolífero (OIL/Angola), Peso do Setor Petrolífero no PIB Mundial (OIL/PIB Mundial), Peso do Setor Bancário (M2) na economia de Angola (M2/Angola).

Tabela 5: Estatísticas descritivas, em diferenças de valores, dos logaritmos respeitantes aos 5 indicadores em análise, no período de 1996 a 2019

	OIL/Angola	OIL/PIB Mundial	M2/Angola	PIB+	PIB-
Mean	-0.010481	0.023094	-0.003588	0.077987	0.083316
Std. Dev.	0.393783	0.347880	0.286852	0.220612	0.217460
Skewness	-0.185911	-0.681994	-0.931233	0.052906	-0.009220
Kurtosis	3.117641	3.133653	4.661019	1.993330	4.042782
Jarque-Bera	0.158427	1.956589	6.487257	1.067272	1.133056
Probability	0.923842	0.375952	0.039022	0.586469	0.567492
Observations	25	25	25	25	25

Fonte: Elaboração Própria

Da análise podemos referir que as variáveis OIL/Angola (-0.010481), M2/Angola (-0.003588) apresentam médias negativas. Já as variáveis OIL/PIB Mundial (0.023094), PIB+ (0.077987), PIB- (0.083316) apresentam médias positivas. Quando analisamos os valores

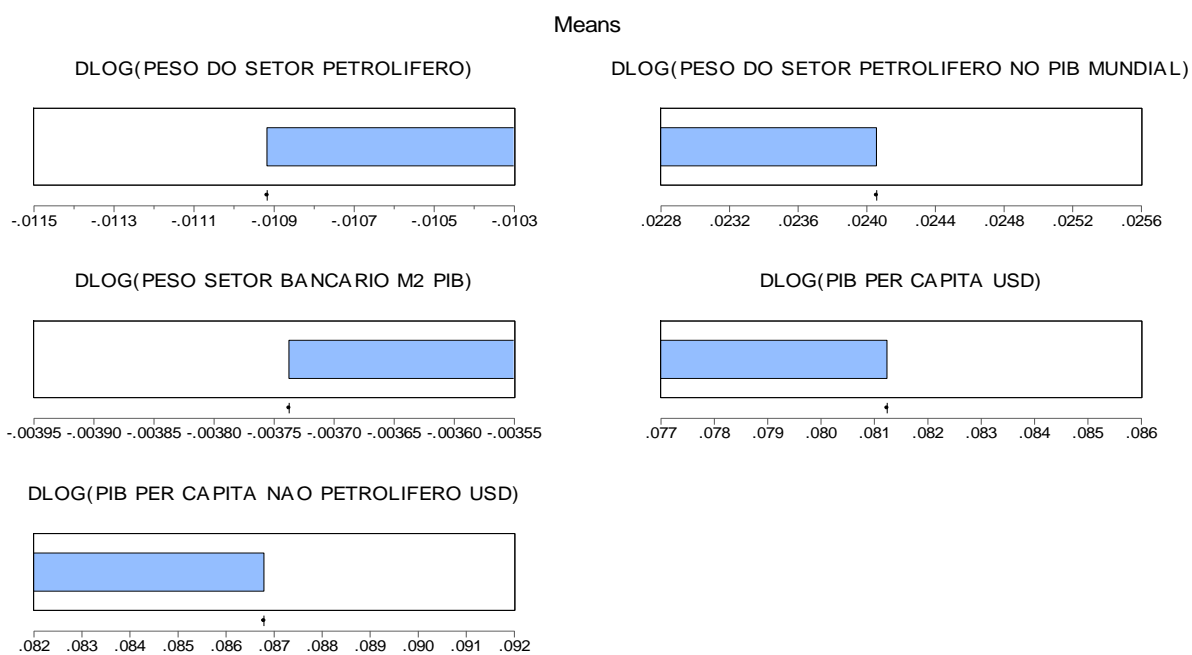
podemos aferir que o desvio padrão mais acentuado, verifica-se na variável OIL/Angola (0.393783) e em menor dimensão nas variáveis OIL/PIB Mundial (0.347880), M2/Angola (0.286852), PIB+ (0.220612), PIB- (0.083316).

No que concerne às assimetrias verificamos que as variáveis, na sua maioria, apresentam valores negativos com exceção feita ao indicador PIB+ (0.052906). Estes resultados evidenciam que estamos perante distribuições normais (assimetria = 0). Já relativamente às curtoses os valores mais acentuados são dos indicadores M2/Angola (4.661019) e PIB- (4.042782), o que evidencia um resultado distinto do valor de referência para uma distribuição normal (curtoses = 3). Nos casos das variáveis PIB+ (1.993330), OIL/PIB Mundial (3.133653) e OIL/Angola (3.117641), apresentam valores menos acentuados.

De forma a validar os resultados anteriores, realizámos o teste de Jarque-Bera que valida os resultados, ou seja, as séries de dados seguem uma distribuição normal com exceção feita ao indicador M2/Angola, no qual existe a rejeição da hipótese nula com uma significância de 5%. Estes resultados derivam da assimetria (-0.931233) e da curtose (4.661019) que se diferenciam de uma distribuição normal (assimetria = 0; curtose = 3).

No gráfico 16 são apresentadas as diferenças de valores médias dos logaritmos das 5 variáveis estudadas, nomeadamente, PIB per capita (PIB +), PIB per capita sem o setor petrolífero (PIB -), Peso do Setor petrolífero (OIL/Angola), Peso do Setor Petrolífero no PIB Mundial (OIL/PIB Mundial) e Peso do Setor Bancário (M2) na economia de Angola (M2/Angola).

Gráfico 16: Evolução das diferenças de valores, dos logaritmos das 5 variáveis em análise, no Período de 1996 a 2019

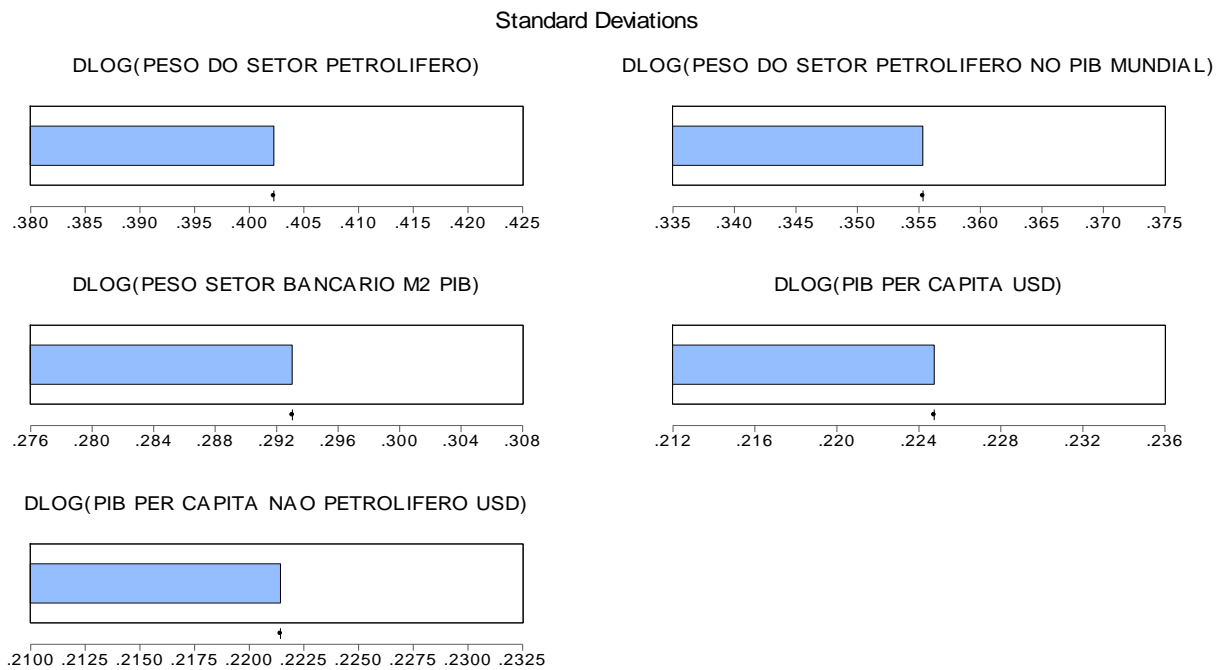


Fonte: Elaboração própria

Da análise, destaca-se que as variáveis OIL/Angola (-0.010481), M2/Angola (-0.003588) apresentam médias negativas. Já as variáveis OIL/PIB Mundial (0.023094), PIB+ (0.077987), PIB- (0.083316) apresentam médias positivas.

O gráfico 17 mostra os desvios-padrão das diferenças de valores médias dos logaritmos das 5 variáveis estudadas, e podemos verificar que o desvio padrão mais acentuado verifica-se em OIL/Angola (0.393783). Já as variáveis OIL/PIB Mundial (0.347880), M2/Angola (0.286852), PIB+ (0.220612) e PIB- (0.083316), apresentam valores de menor dimensão, ou seja, um menor desvio face à média aritmética estimada.

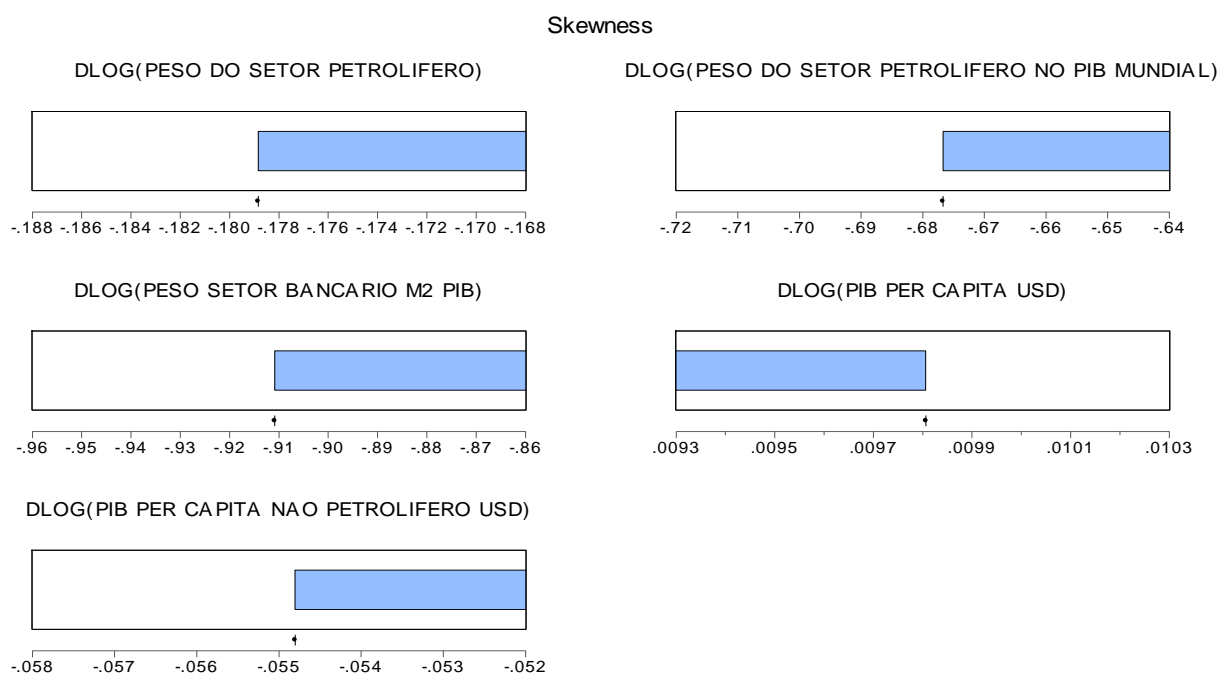
Gráfico 17: Evolução das diferenças de valores, dos logaritmos das 5 variáveis em análise, no Período de 1996 a 2019



Fonte: Elaboração própria

No gráfico 18 são apresentadas as Skewness (assimetrias) respeitantes às 5 variáveis. Tal como referido anteriormente, os valores das assimetrias mostram que as variáveis, na sua maioria, apresentam valores negativos com exceção feita ao indicador PIB+ (0.052906).

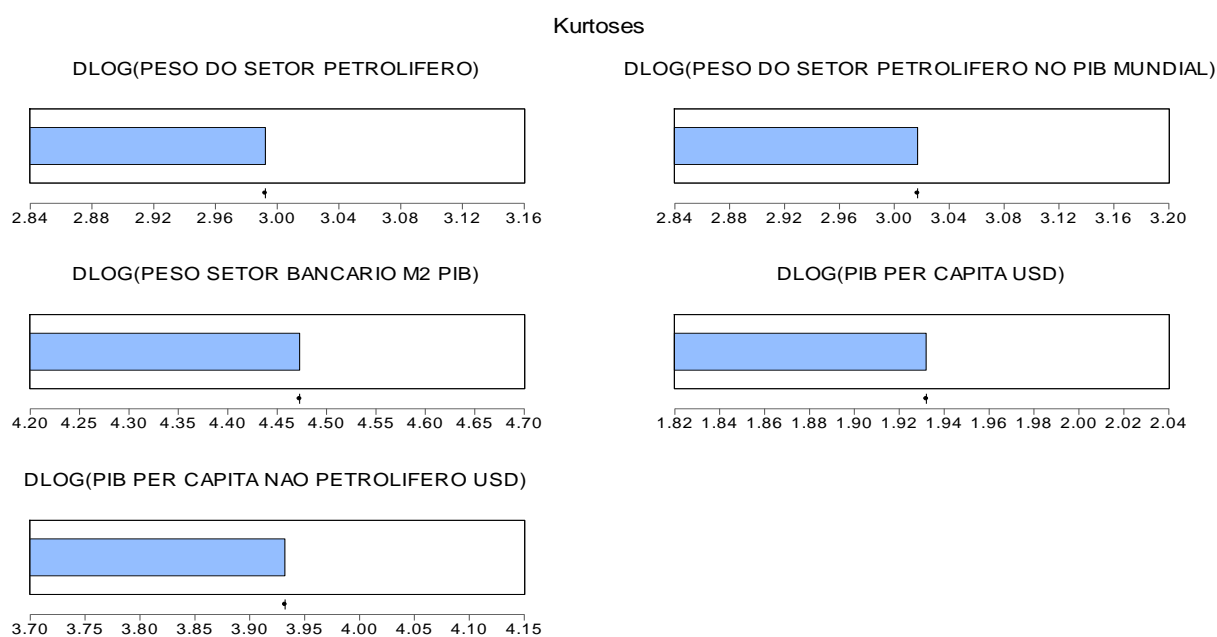
Gráfico 18: Evolução das Skewness, das diferenças de valores, dos logaritmos das 5 variáveis em análise, no Período de 1996 a 2019



Fonte: Elaboração própria

No gráfico 19, são apresentadas as curtoses referentes aos rácios económicos em análise e, tal como anteriormente referido, podemos verificar que os valores mais acentuados são dos rácios M2/Angola (4.661019) e PIB- (4.042782), o que evidencia um valor distinto do valor de referência para uma distribuição normal (curtoses = 3). De forma complementar podemos aferir que o PIB+ (1.993330), OIL/PIB Mundial (3.133653), OIL/Angola (3.117641) apresentam valores menos acentuados.

Gráfico 19: Evolução das Kurtoses, das diferenças de valores, dos logaritmos das 5 variáveis em análise, no Período de 1996 a 2019



Fonte: Elaboração própria

Com o propósito de analisar as interligações entre as variáveis, estimaram-se as correlações não condicionais e examinou-se o significado estatístico.

Tabela 6: Coeficientes de correlação não condicional, das diferenças de valores, dos logaritmos das 5 variáveis em análise, no período de 1996 a 2019

Probability	OIL/Angola	OIL/PIB Mundial	M2/Angola	PIB+	PIB -
OIL/Angola	####				
OIL/PIB Mundial	0.904750*** (0.0000)	####			
M2/Angola	-0.577608*** (0.0025)	-0.561272*** (0.0035)	####		
PIB+	0.323964 (0.1141)	0.623926*** (0.0009)	-0.329360 (0.1079)	####	
PIB -	-0.400975** (0.0470)	-0.081821 (0.6974)	0.155346 (0.4584)	0.660803*** (0.0003)	####

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Os astériscos ***, ** representam a significância a 1% e 5%, respetivamente.

A tabela 6 mostra os coeficientes de correlação não condicional da estatística *t* referente às 5 variáveis estudadas. Da análise podemos referir que os coeficientes de correlação não condicional referentes aos pares OIL/Angola vs OIL/PIB Mundial (91%), PIB+ vs PIB- (66%), OIL/PIB Mundial vs PIB+ (62%) apresentam relações positivas muito significativas (1%). Já os pares dos rácios OIL/Angola vs M2/Angola (-58%), OIL/PIB Mundial vs M2/Angola (-56%) e OIL/Angola vs PIB- (-40%) mostram coeficientes negativos. Tais resultados sugerem as seguintes conclusões:

- A evolução do setor petrolífero mundial condiciona bastante a evolução do setor petrolífero angolano, apresentando uma relação positiva entre si (quando um sobe o outro também sobe e vice-versa);
- A evolução do PIB nacional apresenta, também, uma relação positiva e relevante com o PIB não petrolífero;
- A evolução do setor petrolífero, mundial e angolano, apresenta uma relação negativa com a variável M2, ou seja, quando a evolução do setor petrolífero é positiva, a quantidade de moeda disponível diminui, quando é negativa, a quantidade de moeda disponível aumenta;
- Finalmente, a evolução do setor petrolífero angolano apresenta, também uma reação negativa com a evolução do PIB não petrolífero.

Após analisarmos as interligações entre as variáveis através da estimação das correlações não condicionais, verificamos a existência de interligações significativas.

Porém agora iremos verificar se as correlações entre rácios apresentam causalidades no sentido Grangeriano. Para o efeito estimamos o modelo Granger/Block Exogeneity Wald Tests, tendo-se aplicado o modelo VAR Granger Causality/Block Exogeneity Wald Test, a fim de se determinar o número de lags a incluir nos testes de causalidade. Utilizaram-se os critérios LR: sequential modified LR test statistic (each test at 5% level), FPE: Final prediction error, AIC: Akaike information criterion, SC: Schwarz information criterion, HQ: Hannan-Quinn information criterion.

Tabela 7: VAR Lag order Selection Criteria

Lag	LogL	LR	FPE	AIC	SC	HQ
0	-172.6509	NA	15.33462	16.91914	17.16783	16.97311
1	-111.1344	87.88079*	0.513645	13.44137	14.93355	13.76521
2	-78.29704	31.27367	0.399808	12.69496	15.43061	13.28866
3	-1.207479	36.70931	0.017129*	7.734046	11.71318	8.597619
4	2827.527	0.000000	NA	-259.2883*	-254.0657*	-258.1548*

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela 7 podemos ver o VAR Lag order Selection Criteria que sugere 4 defasamentos nos critérios AIC, SC e HQ. A determinação dos defasamentos para a estimação do VAR confere robustez ao modelo e mitiga o enviesamento de resultados.

Finalmente, na tabela 8 podemos ver os resultados Granger/Block Exogeneity Wald Tests e podemos verificar que apesar da existência de coeficientes de correlação não condicionais muito significativos, tais resultados não resultam em causalidades no sentido Grangeriano.

Tabela 8: Testes de Causalidade de Granger/Block Exogeneity Wald Tests, em rendibilidades, dos 5 rácios económicos em análise, no período de 1996 a 2019

Pairwise Granger Causality Tests			
	Obs	F-Statistic	Prob.
OIL/PIB Mundial does not Granger Cause OIL/Angola	21	1.99643	0.1592
OIL/Angola does not Granger Cause OIL/PIB Mundial		0.78472	0.5566
M2/Angola does not Granger Cause OIL/Angola	21	2.03279	0.1536
OIL/Angola does not Granger Cause M2/Angola		3.43403	0.0432
PIB+ does not Granger Cause OIL/Angola	21	1.65675	0.2241
OIL/Angola does not Granger Cause PIB+		0.12434	0.9709
PIB- does not Granger Cause OIL/Angola	21	1.55814	0.2480
OIL/Angola does not Granger Cause PIB-		1.09966	0.4007
M2/Angola does not Granger Cause OIL/PIB Mundial	21	0.65904	0.6320
OIL/PIB Mundial does not Granger Cause OIL/PIB Mundial		2.23863	0.1257
PIB+ does not Granger Cause OIL/PIB Mundial	21	0.35337	0.8368
OIL/PIB Mundial does not Granger Cause PIB+		1.25067	0.3418
PIB- does not Granger Cause OIL/PIB Mundial	21	0.50126	0.7356
OIL/PIB Mundial does not Granger Cause PIB -		2.19753	0.1308
PIB+ does not Granger Cause M2/Angola	21	2.71981	0.0802
M2/Angola does not Granger Cause PIB+		0.33277	0.8507
PIB - does not Granger Cause M2/Angola	21	1.35688	0.3057
M2/Angola does not Granger Cause PIB -		0.40594	0.8009
PIB - does not Granger Cause PIB+	21	0.24907	0.9047
PIB+ does not Granger Cause PIB -		1.78283	0.1971

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados mostram a existência de 2 causalidades significativas (em 20 possíveis), designadamente os pares de rácios OIL/Angola vs M2/Angola, PIB+ vs M2/Angola. Estes achados mostram que o Peso do Setor petrolífero causa Peso do Setor Bancário (M2) na economia de Angola, e que o PIB *per capita* (USD) causa no sentido Grangeriano o Peso do Setor Bancário (M2). Estes resultados são muito relevantes para os supervisores e reguladores da economia de Angola para melhorarem a eficiência da sua economia para não estarem tão

dependentes da flutuação do preço do petróleo norte americano (WTI – mercado de referência do petróleo) e da moeda norte americana.

Contudo, através dos coeficientes de correlação determinados anteriormente, verificou-se que essas relações, embora fortes, eram negativas. Assim, a evolução do PIB e do setor petrolífero influenciam de forma inversa a evolução do setor bancário. Tais resultados, evidenciam que os períodos de maior crescimento económico (muito associado aos períodos de maior crescimento do setor petrolífero) incrementam a saída de moeda do sistema financeiro, nomeadamente através de importações, descapitalizando o setor bancário. Assim, a diversificação da economia para outros setores de atividade é uma prioridade para o crescimento económico e para a sustentabilidade do setor financeiro angolano.

6. Conclusão

Vários estudos têm defendido que o sector bancário pode ser uma ferramenta relevante para o crescimento económico e para o progresso social dos países, através da alocação de recursos financeiros que contribuam para o investimento público e privado e para a criação de riqueza para os diversos agentes económicos.

Assim, o presente trabalho de investigação teve como objetivo principal analisar o papel do setor bancário no crescimento económico de Angola no período temporal de 25 anos, de 1995 a 2019. Como tal, pretendeu-se verificar se o setor bancário, no período analisado, contribuiu significativamente para o crescimento da economia do país e se, o desenvolvimento do setor bancário era condicionado pela evolução do setor petrolífero, que representa a atividade mais importante no PIB angolano.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido, englobou um enquadramento teórico sobre o setor financeiro onde se verificou que não existe uma unanimidade sobre o impacto do setor bancário nas economias, havendo estudos com resultados de investigação díspares relativamente a essa eventual relação.

Foi também efetuada uma caracterização do setor financeiro angolano e verificou-se que embora a evolução não tenha sido favorável, tendo-se assistido, inclusivamente, ao incremento do risco financeiro, o reforço dos capitais próprios das entidades bancárias aumentou o nível da solvabilidade e de sustentabilidade financeira do setor.

Relativamente ao estudo empírico, de modo a estudar as principais questões de investigação, consideraram-se as seguintes variáveis: o peso do setor petrolífero no PIB angolano, o peso do setor petrolífero no PIB mundial, o peso do setor bancário (M2) no PIB angolano, o PIB *per capita* angolano (em dólares EUA) e o PIB *per capita* do setor não petrolífero angolano, seguindo a metodologia de Quixina (2014) sobre a realidade angolana. Para além disso, foram utilizadas várias técnicas estatísticas, nomeadamente, a determinação das medidas de assimetria e de kurtose, bem como, o teste de aderência de Jarque e Bera, de forma a verificar a normalidade das distribuições das variáveis utilizadas, a determinação dos coeficientes de correlação não condicional, a fim de identificar eventuais relações relevantes entre as variáveis, a elaboração do modelo VAR, identificando o número de períodos (LACs) a analisar no teste de Granger e a tornar a identificação das causalidades mais robusta, e a

realização do próprio teste de Granger, a fim de identificar o tipo de relações de causalidade entre as variáveis estudadas. Deste modo, verificou-se a existência de uma correlação muito forte, porém negativa, entre o PIB e o setor bancário, bem como, entre o setor petrolífero e o setor Bancário. Tais resultados, evidenciam que nos períodos de maior crescimento económico (muito associado aos períodos de maior crescimento do setor petrolífero) incrementam a saída de moeda do sistema financeiro, nomeadamente através de importações, descapitalizando o setor bancário. Assim, a diversificação da economia para outros setores de atividade deverá ser uma prioridade para o crescimento económico e para a sustentabilidade do setor financeiro angolano.

7. Referências Bibliográficas

- Acaravci A, Ozturk I, Acaravci SK (2007) Finance – Growth Nexus: Evidence from Turkey. *J Financ Econ* 11:1. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1401590>
- Afonso MP (2016) O Impacto do petróleo no crescimento económico de Angola ”. Universidade Agostinho Neto
- Al-Zubi K, Abu-Mhareb E (2006) Financial Development and economic growth: a new empirical evidence frm the mena countries, 1989-2001, *Applied Econometric sand International Development*. 6:3–11
- APB AP de B (2020) Financeiro- Instituições Financeiras,. https://www.apb.pt/sistema_financeiro/instituicoes_financeiras/. Accessed 21 Apr 2020
- Barbosa LC (2015) Sistema Financeiro e Crescimento Económico - Estimação do Impacto das Finanças no Crescimento dos Países da União Europeia. 88
- Beck T, Demirgüç-Kunt A, Levine R (1999) Um novo banco de dados sobre estrutura e desenvolvimento financeiro
- Beck T, Ross L, Loayza N (2000) Financial Intermediation and Growth: Causality and Causes. *J Monet Econ* 46:31–77
- BNA (2018) Relatório Anual e Contas - Banco Nacional de Angola
- BPC R de C do (2012) Relatório e Contas
- Cleto CI, Dezordi L (2011) Políticas Económicas. *Economia* 15–26
- Deloitte (2020) Banca em Análise O papel da banca na recuperação de Angola. Luanda
- Demirgüç-Kunt A, Levine R (1996) Stock markets, corporate finance, and economic growth: An overview. *World Bank Econ Rev* 10:223–239. <https://doi.org/10.1093/wber/10.2.223>
- Drummond I, Guiar Ál (2002) Desenvolvimento do Sistema Financeiro e Crescimento Económico. 0
- Engle, R. F., e Granger CWJ (1987) Co-Integration and Error Correction: Representation, Estimation, and Testing. *Econometrica*, 55(2), 251
- Fernandes PAX da S (2018) Um Modelo de Crescimento Económico com Desenvolvimento Financeiro
- Ferreira KC, Ladvoat M (2015) Desenvolvimento Financeiro e Crescimento Económico. *Rev. Econ. e Desenvolv.*
- Frankel J (2011) The natural resource curse: A survey. *Beyond Resour Curse* 17–57.

<https://doi.org/10.9783/9780812206173.17>

- Freitas Jr. GA de (2012) Recursos naturais e desenvolvimento econômico : uma revisão do debate teórico Recursos naturais e desenvolvimento econômico : uma revisão do debate teórico
- Granger CWJ (1969) Investigating Causal Relations by Econometric Models and Cross-spectral Methods. *Econometrica*, 37(3), 424.
- Guryay E, Safakli O., Tuzel B (2007) Financial Development and economic Growth: evidence from Northern Cyprus, *International Research. J Financ Econ* 8:57–62
- Henrique MA, Ricci F (2009) Políticas Públicas de Crescimento e Desenvolvimento Económico Marco Antonio Henrique 1 , Fabio Ricci 2 1. 1–6
- King R, Levine R (1993) Finance, Entrepreneurship and Growth: Theory and Evidence. *J Monet Econ* 32:513–542
- Lancelotti F, Dauzacker N (2010) Produto Ecológico Bruto das Entidades Públicas e Privadas (PEBEPP) em substituição ao PIB Ecológico. 9:76–99.
<https://doi.org/10.1558/jsrnc.v4i1.24>
- Lara MLG de (2004) Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. *Ciência da Informação* 33:91–96.
<https://doi.org/10.1590/s0100-19652004000200009>
- Levine R (1997) Growth : views and Agenda. *J Econ Lit* 35:688–726
- Luís NCC (2019) Gestão de Risco na Atividade Bancária: Riscos Financeiros
- Minfin M das F (2020) No Title. <https://www.minfin.gov.ao/PortalMinfin/#!/>
- Mishkin SF (2000) Moedas, Bancos e Mercados Financeiros, 5ª. Rio de Janeiro
- Passos MRC, Nogami O (2003) Princípios de Economia, 4ª. Lisboa- Portugal
- Pearson K (1901) LIII. On lines and planes of closest fit to systems of points in space. *The London, Edinburgh, and Dublin Philosophical Magazine and Journal of Science*, 2(11), 559–572.
- Portugal B de (2020) O que são e tipos de créditos. <https://cliente bancario.bportugal.pt/pt-pt/o-que-sao-e-tipos-de-credito>. Accessed 22 Mar 2020
- Portugal B de (2016) Livro Branco sobre Regulamentação e supervisão do Setor financeiro. Lisboa- Portugal
- Prado CAG do (2002) Associação de microcrédito: uma proposta para Cacoal. Universidade Federal de Santa Catarina
- Quixina YGC (2014) A Relação Causal entre a Evolução do Sector Bancário , Rendimento de Petróleo e Crescimento Económico em Angola nas Últimas Décadas. Faculdade de

Economia do Porto

- Robinson J (1952) ' ' "The Generalisation of the General 'theory'", in her The rate of interest and O/he Essays
- Rodrigues WC (2007) Metodologia Científica. 1–20
- Romer D (2006) Advanced Macroeconomics, 3^a. Gary burke, Boston
- Romer PM (2013) Growth Based on Increasing Returns Due to Specialization. 77:56–62
- Samuelson PA;, Nordhaus WD (2005) Economia, 18^a. Portugal
- Silva EN da, Porto Júnior S da S (2006) Sistema financeiro e crescimento econômico: uma aplicação de regressão quantílica. Econ Apl 10:425–442. <https://doi.org/10.1590/s1413-80502006000300007>
- Sims CA (1980) Macroeconomics and Reality. Econometrica, 48(1), 1
- Teixeira dos Santos F (2002) O Sistema Financeiro e a Globalização: A Regulação do Sistema Financeiro. Conferência IDEFE-ISEG 1–17
- Tsay RS (2005) Analysis of Financial Time Series